



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

CRISTIANE ARAÚJO DA SILVA COTA

O Discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil

Maceió
2017

CRISTIANE ARAÚJO DA SILVA COTA

O Discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira, na linha de pesquisa História e Política da Educação no grupo de pesquisa Políticas Públicas: história e discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Maria Silva de Melo

Maceió
2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

C843d Cota, Cristiane Araújo da Silva.

O discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil /
Cristiane Araújo da Silva Cota. – 2017.
97 f.

Orientadora: Kátia Maria Silva de Melo.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Bibliografia: f. 90-97.

1. Mulheres – Políticas públicas. 2. Programa Mulheres Mil. 3. Análise do discurso. I.
Título.

CDU: 37:396.4

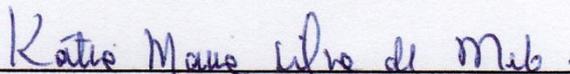
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

O discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil

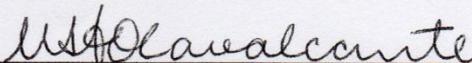
CRISTIANE ARAÚJO DA SILVA COTA

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de setembro de 2017.

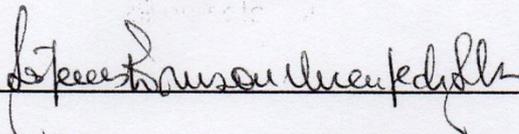
Banca Examinadora:



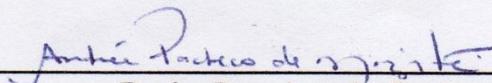
Profa. Dra. Kátia Maria Silva de Melo (PPGE/UFAL)
(Orientadora)



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGE/UFAL)
(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGLL/UFAL)
(Examinador Externo)



Profa. Dra. Andréa Pacheco de Mesquita (UFAL)
(Examinadora Externa)

Dedico a conclusão deste trabalho a meu filho
Luiz Felipe, maior representação de amor em
minha vida. “Meu anjo”!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por permitir a oportunidade de tal experiência, e me conceder força e sabedoria para lidar com os percalços do caminho.

Agradecer à família é inevitável e fundamental, pois sem ela a caminhada fica mais difícil, e esse agradecimento deve iniciar por aquela que me trouxe à vida, minha mãe Marli, que mesmo não tendo a oportunidade de estudar, sempre fez o possível e impossível para que as filhas pudessem mergulhar no universo do conhecimento, algo que ela sempre quis fazer, mas não teve oportunidade.

A meu filho Luiz Felipe, que em muitos momentos mesmo sem compreender minhas ausências em nosso convívio, esteve sempre ao meu lado me dando amor e carinho.

A meu esposo Luiz, agradeço por estar sempre ao meu lado, apoiando-me dando forças, e compreendendo os momentos de ausência.

Agradeço às minhas irmãs, sobrinhos e sobrinha, que mesmo de maneira indireta contribuíram nesta caminhada. Não posso deixar de agradecer em especial a minha irmã Ana Paula, maior incentivadora na minha carreira acadêmica, em todos os momentos e situações. Agradecimento especial também a meu afilhado Neto, pelas contribuições ao longo dessa jornada.

À minha querida orientadora Kátia Melo agradeço carinhosamente pela parceria iniciada ainda no primeiro semestre de graduação, na experiência do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), monitoria, orientação do TCC na graduação e novamente no mestrado. Agradeço por me proporcionar crescimento intelectual e incentivar novos desafios.

Agradeço à professora Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante pelas contribuições na disciplina de Análise do Discurso no mestrado, e pelas valiosas contribuições durante a qualificação.

À professora Dra. Andrea Pacheco de Mesquita por aceitar o convite para participar da banca de qualificação, com contribuições de suma importância neste momento.

Também não posso deixar de agradecer à professora Dra. Ana Maria Gama Florêncio, pelas contribuições em minha vida acadêmica.

Muito obrigada a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha caminhada acadêmica, tanto na graduação quanto no mestrado, todos contribuíram de alguma forma para que eu pudesse adquirir um pouco de conhecimento.

Agradeço aos colegas de graduação e de mestrado, pelos momentos de aprendizado, momentos de angústia e também de descontração.

Às minhas amigas da graduação Ericka Firmino, Juliana Sena, Priscila e Rita Leite, que mesmo não vivenciando diretamente este momento do mestrado comigo, sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos de aflição, como nos momentos de felicidade.

À FAPEAL pela concessão da bolsa de estudo para realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar a esta etapa.

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair
[...]

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
ela é muitas, se você quer saber.
[...]

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também

Desconstruindo Amélia, de Pitty e Martin

RESUMO

Nossa pesquisa é resultado do Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, realizado no Grupo de Pesquisa - Políticas Públicas: história e discurso que integra a Linha de Pesquisa - História e Política da Educação tem como objetivo analisar o discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil, visando uma discussão acerca das políticas públicas voltadas para a garantia da participação social das mulheres, tendo em vista que na atualidade as mulheres ainda não possuem as mesmas oportunidades que os homens e, embora tenhamos avançado no que diz respeito aos direitos das mulheres ainda existe uma desvalorização em relação ao trabalho desenvolvido por elas, considerado algo maternal, vinculado à esfera doméstica. Isso dificulta a inserção delas no mercado de trabalho e a garantia de ganhos financeiros. Nossa principal fonte de pesquisa foi documentos oficiais que regulamentam e normatizam o Programa Mulheres Mil. Para organização e análise dos discursos materializados nos documentos, norteamos nossa investigação pelo referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de origem francesa filiada a Pêcheux, que concebe o discurso enquanto articulação entre língua, história e ideologia. O Programa Mulheres Mil surgiu atendendo a um conjunto de prioridades das políticas públicas e diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, pela necessidade de minimizar a desvalorização das mulheres e as desigualdades entre estas e os homens. Isto porque, tanto a sociedade quanto órgãos internacionais exercem pressão sobre o governo brasileiro. Consideramos que os sentidos produzidos pelos discursos do Programa Mulheres Mil apontam as mulheres como colaboradoras/multiplicadoras de ideias e conhecimentos que possam contribuir para amenizar a situação de vulnerabilidade da grande maioria das famílias, diminuindo a pressão sobre o governo.

Palavras-chave: Mulheres. Políticas Públicas. Discurso.

ABSTRACT

Our research is a result of the Master's Degree held in the Post-Graduate Program in Brazilian Education, conducted in the Research Group - Public Policies: history and discourse that integrates the Research Line - History and Politics of Education aims to analyze the discourse on the role of women in the context of the "Mulheres Mil" Program, aiming at a discussion about the public policies directed towards guaranteeing the social participation of women, considering that currently women do not yet have the same men, and although we have advanced with regard to women's rights, there is still a devaluation in relation to their work, considered as maternal, linked to the domestic sphere. This makes it difficult for them to enter the labor market and guarantee financial gains. Our main source of research was official documents that regulate and normalize the "Mulheres Mil" Program. For the organization and analysis of the discourses materialized in the documents, our research was guided by the theoretical-methodological reference of Discourse Analysis of French origin affiliated to Pêcheux, who conceives the discourse as articulation between language, history and ideology. The "Mulheres Mil" program emerged based on a set of priorities of the public policies and directives of the foreign policy of the Brazilian Government, the need to minimize the devaluation of women and the inequalities between women and men, because both society and international bodies pressure on the Brazilian government. We consider that the senses produced by the "Mulheres Mil" Program discourses point to women as collaborators / multipliers of ideas and knowledge that can contribute to soften the situation of vulnerability of the vast majority of families, reducing the pressure on the government.

KEY-WORDS: Women. Public Policies. Discourse.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos ofertados no projeto piloto do Programa Mulheres Mil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSM Plano Brasil Sem Miséria

FMI Fundo Monetário Internacional

IF Instituto Federal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC Ministério da Educação

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONU Organização das Nações Unidas

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PMM Programa Mulheres Mil

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SETEC Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	MULHERES: CONCEITOS E HISTÓRIAS	15
2.1	Gênero, patriarcado e feminismo.....	16
2.2	As mulheres e o trabalho.....	22
2.3	Educação feminina.....	28
3	O PROGRAMA MULHERES MIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	35
3.1	Definindo Políticas Públicas.....	35
3.2	Políticas de Geração de Renda e Políticas de Gênero.....	38
3.3	O Programa Mulheres Mil	46
4	DESVELANDO O DISCURSO SOBRE AS MULHERES.....	61
4.1	A Análise do Discurso e algumas de suas Categorias.....	61
4.2	Programa Mulheres Mil: um sinônimo de conquistas?.....	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

É certo que nem sempre as mulheres se espelharam nas imagens construídas sobre elas. E é evidente que os modelos não descrevem a realidade, esta muito mais rica e cheia de possibilidades. Entretanto, é importante conhecer as representações que prevalecem em cada época, pois elas têm a capacidade de influenciar os modos de ser, agir e sentir das pessoas, os espaços que elas ocupam na sociedade e as escolhas de vida que fazem. Os discursos sobre o que é “próprio da mulher” ou qual o “seu papel” afetam também as políticas públicas, o valor dos salários, a oferta de empregos, as prescrições religiosas, os procedimentos jurídicos, a educação oferecida e até o trabalho dos cientistas em cada época. (PINSKY, 2012, p.470).

A proposta de uma pesquisa voltada para analisar o papel da mulher na sociedade a partir do discurso presente no Programa Mulheres Mil surgiu inicialmente por conhecimentos empíricos, isto é, pelas imagens construídas sobre as mulheres. Imagens essas que muitas vezes as apresentam como sendo a mulher recatada, a mãe virtuosa, a esposa amável para o marido, ou imagem de mulher promíscua. Qualquer que seja a imagem que se apresente das mulheres, presume-se que elas não tinham as mesmas oportunidades que os homens, algo que ao menos em parte, pôde ser comprovado na oportunidade de participação no Projeto de Pesquisa intitulado Mulher e Docência: o discurso materializado nos Relatórios do Poder Executivo de Alagoas (1870-1930), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Durante a pesquisa no PIBIC pudemos comprovar que, no final do Império, a participação da mulher que pertencia a uma família de “posses” era restrita ao espaço privado (doméstico), já a mulher de poucas “posses” (pobre), não ficava restrita ao espaço privado, pois necessitava trabalhar para “contribuir” ou mesmo assumir sozinha as despesas de sua casa. Mesmo a mulher participando financeiramente, seus rendimentos sempre foram vistos como algo complementar e inferior à renda dos homens

Citando ainda descobertas da pesquisa PIBIC, pudemos perceber que o acesso das mulheres à educação aconteceu não para beneficiá-las, e sim para atender a interesses daqueles que detinham poder. Não estamos nos referindo somente à classe dominante, mas principalmente aos homens, que mesmo

pertencendo a uma classe desfavorecida, exerciam e ainda exercem, poder sobre as mulheres.

Compreendemos que a educação escolar, em diferentes momentos da história, esteve atrelada aos interesses políticos e econômicos dominantes. Desse modo, a educação das mulheres deveria voltar-se ao bem estar da família que, conseqüentemente, contribuiria para atender aos interesses dominantes, tendo em vista que a mulher/mãe formaria os futuros cidadãos, como enfatiza Louro (2012, p. 446), “ela precisaria ser, em primeiro lugar a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro”.

Em nossa pesquisa PIBIC constatamos que o “lugar” das mulheres na Instrução Pública primária alagoana era basicamente atender aos interesses da sociedade, ou seja, elas eram responsáveis pela “civilidade e polidez” daqueles que seriam o futuro da sociedade, mas elas deveriam ficar restritas ao ensino primário, para que não almejassem mais conhecimentos, o que poderia ser uma ameaça à supremacia masculina.

Diante dessa descoberta nos questionamos: na atualidade, a participação da mulher de baixa renda na sociedade continua destinada a contribuir para atender aos interesses dominantes (questões de classe e de gênero)? Ou ela conseguiu o seu “lugar” na sociedade, adquirindo independência, e condições de igualdade de gênero? Como afirma Pinsky (2012), as representações vão influenciar o modo de agir, pensar, e principalmente o desenvolvimento de políticas públicas.

É perante essa situação que nos propusemos a realizar uma análise do discurso materializado no Programa Mulheres Mil, partindo da investigação sobre o surgimento do referido programa, para entender às condições de produção de seu discurso, tendo como questionamento principal: **Quais os sentidos produzidos pelo discurso do Programa Mulheres Mil?** Objetivando contribuir para uma reflexão crítica acerca do papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil, estabelecemos como objetivos específicos os seguintes:

- Identificar a noção de mulher presente no discurso do Programa Mulheres Mil;
- Identificar qual noção de educação e de desenvolvimento norteiam o discurso do Programa Mulheres Mil;

Para melhor desenvolver nossa investigação, apresentamos outra questão norteadora que irá subsidiar nosso questionamento principal. A educação/formação

ofertada no Programa Mulheres Mil possibilita a estas mulheres estarem em lugares na sociedade que anteriormente não poderiam ou não ocupariam? Para responder aos questionamentos formulados, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de origem francesa filiada a Pêcheux. De acordo com Orlandi (1999, p. 15),

A Análise do Discurso, como o próprio nome indica, não trata da língua, [...]. *Ela trata do discurso*. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. *O discurso é assim palavra em movimento*, prática de linguagem: com o estudo do discurso *observa-se o homem falando*.

Para analisar o discurso do Programa Mulheres Mil foi necessário definir qual materialidade discursiva iríamos analisar, ou seja, como seria organizado nosso *corpus discursivo*¹. Nosso *corpus* foi constituído de sequências discursivas de documentos próprios do Programa Mulheres Mil, Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), e pronunciamento do Ministro da Educação. Isto significa que nosso *corpus* é constituído de discursos oficiais. Discursos que representam a posição do governo sobre as políticas públicas, emanados do lugar institucional.

A dissertação está dividida em três seções, a primeira traz informações relativas a gênero, feminismo e patriarcado, assuntos que são fundamentais para o entendimento de questões apresentadas posteriormente. Esta primeira seção visa também fazer um breve resgate histórico sobre as mulheres, focando nas questões de trabalho e educação, tendo em vista que o Programa Mulheres Mil visa elevar a educação das mulheres e inseri-las no mundo do trabalho.

A segunda seção diz respeito às Políticas Públicas e ao Programa Mulheres Mil, conceituando Políticas Públicas; expondo políticas de gênero e geração de renda nas quais se enquadram o programa. Trazemos também as informações relativas ao Programa Mulheres Mil, como por exemplo, quando surgiu, seu público alvo, metodologia, entre outras informações.

Na terceira seção nos propomos a desvelar o discurso sobre as mulheres, inicialmente apresentando questões relativas à Análise do Discurso de origem francesa filiada a Pêcheux, posteriormente realizando as análises do discurso sobre as mulheres.

¹ Posteriormente apresentamos a definição de *corpus discursivo*.

Na seção que iniciaremos a seguir, trazemos alguns conceitos e fatos que fizeram e fazem parte da vida e história das mulheres. São acontecimentos que levaram a mudanças no cotidiano das mulheres, mudanças que podem ser consideradas positivas, como por exemplo, direito ao voto, acesso a educação, mas também houve mudanças que podemos considerar negativas, como o fato de as mulheres terem sua jornada de trabalho aumentada pelo fato de continuar sendo a principal responsável pelas atividades do lar. É o que veremos mais detalhadamente na próxima seção.

2 MULHERES: CONCEITOS E HISTÓRIAS

[...] é importante que possamos estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, acreditando que nos acercamos de um porto seguro e nos fortalecemos para enfrentar os inúmeros problemas do presente. (RAGO, 2012, p. 604).

Compartilhamos do pensamento de Rago quanto à importância de se estabelecer elos entre a atualidade e o passado, para que tenhamos subsídios para agir no presente. Por isso, ao tratarmos de uma Política Pública voltada especificamente para mulheres, é necessário fazer um breve resgate histórico da condição feminina na sociedade. Não estamos pretendendo nem podemos, neste espaço dar conta de todos os aspectos que dizem respeito à participação feminina na sociedade, então inicialmente vamos apresentar algumas informações sobre gênero, patriarcado e feminismo, que consideramos ser necessárias para entender a condição feminina na sociedade. Além disso, traremos também algumas informações concernentes ao trabalho realizado pelas mulheres e a sua participação na educação.

Quanto às informações relativas ao trabalho e educação, iremos nos remeter ao final do século XIX e início do XX chegando à atualidade, lembrando que não é objeto de nossa pesquisa o estudo aprofundado sobre trabalho e educação feminina. Traremos algumas informações que consideramos relevantes para o entendimento de questões que serão apresentadas posteriormente. Definimos este período por ser um momento marcado por grandes mudanças sociais, ocorridas principalmente devido ao fim da escravidão, processo de industrialização e urbanização das cidades, conseqüentemente refletindo em transformações no trabalho e na educação que repercutiram na condição feminina.

A intenção de apresentar elementos relativos ao trabalho e à educação feminina se deve ao fato de estarmos tratando de um programa que: visa elevar a escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social e inseri-las no mundo do trabalho (BRASIL, [201-]). Devemos delimitar também que estamos tratando de mulheres de “baixa renda”² tendo em vista o programa ser direcionado para este público.

² Conforme consta no documento **Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192.

2.1 Gênero, patriarcado e feminismo

Nos tempos atuais o termo gênero está presente em nosso cotidiano com maior frequência, mas de onde surgiu o termo gênero?

[...] a bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway, no artigo "Gênero para um dicionário marxista", afirma que o termo gênero foi introduzido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, em 1963. (PISCITELLI, 2009, p. 123).

Ainda segundo Piscitelli (2009), esse psicanalista entendia que ao nascer, somos classificados por nossos órgãos genitais, mas ser homem ou mulher é uma consequência de aprendizados culturais, que variam de acordo com o momento histórico, o lugar e classe social. "O uso do 'gênero' coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade."(SCOTT, 1989, p.7).

Ou seja, ao falarmos em gênero podemos estar fazendo referência a um determinado sexo, isto é, a determinação biológica de homem e mulher. No entanto, isto não significa que as relações (pessoais, de trabalho, econômicas, etc) devam ser determinadas pela condição biológica, como acontece na maioria das vezes, pois a ideia transmitida é a de que a diferença entre homens e mulheres é de cunho natural, biológico, sem levar em consideração a dimensão histórica e social. Isso contribui para a naturalização das condições de dominação/exploração das mulheres pelos homens, e acontece porque,

[...] o homem é identificado como o "senhor do mundo do trabalho", o "senhor" do espaço público, da vida política, nascido para ocupar cargos de mando, para assumir lugares de destaque; enquanto que as mulheres são o "sexo frágil", as figuras "doces", "delicadas", "sensível" "que precisa ser protegida", destinada à vida familiar, à maternidade, ao cuidado dos filhos (as) e atuar no máximo em profissões que sejam extensão do trabalho doméstico, do cuidar. (MESQUITA, 2012, p. 426, grifo nosso).

Mesquita (2012) aponta ainda que essa história/destino das mulheres começa a ser traçado no momento em que a mãe ainda na gestação, faz exame de ultrassonografia e descobre o sexo do bebê. A partir desse momento já começa a decidir não somente a cor que será sinônimo de mulher, como também projetar seu

futuro, realizando um bom casamento. Piscitelli (2009, p. 130) também avaliza essa ideia quando nos diz que,

Entre nós, desde que um bebê nasce ele é tratado de forma diversa se for menino ou menina, e aprende a se comportar de determinadas maneiras. Aos meninos, se oferecem bola e carrinho para brincar, às meninas, bonecas e casinha; o menino é estimulado a ser mais agressivo, e a menina, a "se comportar".

Esses estudos nos fazem entender a importância da categoria gênero, porém, o termo gênero passou a ser usado de maneira indiscriminada, contribuindo para se contrapor ao projeto político feminista, o que não significa que o termo gênero não tenha contribuído e ainda contribua para desconstruir a ideia de que a diferença biológica é determinante para o posicionamento social de homens e mulheres. Sendo assim,

[...] reconhecemos o papel fundamental exercido pelo conceito de gênero como desconstrutor de homens e mulheres como categorias essencialistas e categorizando-os como relações de gênero, ou seja, como seres históricos, inseridos em relações sociais historicamente situadas. (MESQUITA, 2012, p.439).

Podemos perceber que a forma como homens e mulheres são significados é diferente, isto é, os homens são tidos como aqueles que podem e devem exercer comando, já as mulheres devem ficar na condição de subordinadas, isto porque, conforme afirma Safiotti (1988 apud SAFIOTTI, 1992, p. 185),

[...] as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno.

Por essa razão concordamos com Scott (1989, p. 21) quando ela diz que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” A condição de subordinadas das mulheres citadas por Safiotti acontece porque vivemos em uma sociedade em que o patriarcado ainda está muito presente.

Embora não haja nada muito bem definido sobre o conceito de patriarcado, “pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração”. (SAFFIOTI, 1987, p. 50). Ainda segundo Saffioti (1987), a dominação diz respeito à política e ideologia, e a exploração diz respeito ao âmbito econômico.

No espaço político a participação da mulher sempre ocorreu de forma desigual, inicialmente não tinha nem mesmo direito ao voto para eleger seus representantes. Algo conquistado posteriormente e, com o tempo, conseguiu também o direito de concorrer a cargos políticos, mas esta participação ainda não acontece da mesma forma que a masculina. Normalmente os grandes cargos políticos ainda hoje são ocupados na sua maioria por homens, e podemos constatar isto aqui mesmo no Brasil, onde o cargo de Presidente da República sempre foi ocupado por homens, somente em 2011 tivemos uma mulher assumindo este cargo pela primeira vez.

A exploração econômica está presente no campo do trabalho e antigamente apenas as mulheres de classe desfavorecida é que exerciam atividade remunerada, mas estas deviam ser realizadas preferencialmente em domicílio para não atrapalhar as tarefas do lar. Com o passar do tempo, algumas mulheres de classe mais abastada puderam também exercer atividade remunerada, mas deveriam desempenhar funções que fossem semelhantes às desenvolvidas no lar, e “[...] a atividade de educar, na medida em que é entendida como um prolongamento da função de socializar os filhos, absorve grandes contingentes de mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Isso continua acontecendo, e muitos empregos informais e domésticos normalmente são ocupados por mulheres, demonstrando que, embora estejamos no século XXI, que pressupõe um “mundo” moderno, com grandes avanços em diversos setores, ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcado. Como disse Saffioti anteriormente, o patriarcado diz respeito à dominação e exploração, e o que mais pode ser essa diferença salarial senão exploração. Isto pode ocorrer porque “[...] a esposa economicamente dependente tem estado presente como o ideal de todas as classes sociais da sociedade” (PATEMAN, apud, SAFFIOTI, 2004, p. 137), fato que se justifica porque a esposa dependente economicamente possui menores possibilidades de reivindicar qualquer coisa, ficando assim a mercê da dominação masculina.

A dominação de um sujeito pelo outro é algo muito presente no regime capitalista em que vivemos. Nele o dominante não necessariamente precisa ser um homem, é preciso ter condição econômica privilegiada para poder dominar, mas como vivemos num sistema patriarcal, não basta ter dinheiro para dominar, é

preciso também ser do sexo masculino, pois o patriarcado se sobressai ao capitalismo, consideramos este fato, pois,

[...] se as leis capitalistas vigorassem independentemente do patriarcado e do racismo, o desemprego entre os homens seria muito mais alto que dentre as mulheres. [...] as mulheres aceitam trabalhar em péssimas condições e por salários aviltados. (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

O contingente de mulheres desempregadas pode ter diminuído, mas a citação de Safiotti nos possibilita entender o poder do patriarcado, pois, seguindo a lógica capitalista, que visa a obtenção de lucro, a maioria das mulheres estaria empregada, tendo em vista que a maioria delas se sujeita a baixos salários. Isso demonstra o poder do patriarcado, talvez por isto muitas mulheres se sujeitem e até contribuam com este sistema, muitas vezes sem se dar conta, pois para elas e para grande parte da sociedade isto é “natural”.

Devemos ressaltar que a dominação patriarcal não existe somente nas classes de baixa renda, ela existe em qualquer classe social, o que pode ocorrer é uma variação na intensidade desta dominação.

Algo que favoreceu e muito contribuiu na luta por direitos das mulheres são os movimentos feministas, isso porque, o feminismo traz para o espaço da discussão política questões que eram consideradas específicas do espaço privado, fazendo com que as mulheres percebessem que sua opressão tem caráter político, e não é uma questão pessoal. (COSTA, 2005). Ou seja, desperta nas mulheres a consciência de que isto não é um problema somente seu, que elas não estão fadadas a um destino de desigualdades e opressão, entendendo que este problema além de ser algo cultural, é também e talvez principalmente uma questão política.

No Brasil, o movimento feminista dá seus primeiros sinais ainda na primeira metade do século XIX, através da imprensa feminina, que expõe as ideias de mulheres instruídas de classe média e alta da sociedade, que têm seus pensamentos influenciados por feministas da Europa, local em que algumas dessas mulheres estudavam. Ao final do século XIX, o feminismo sofre influência também de imigrantes que chegam para trabalhar nas indústrias, tendo em vista que neste espaço já se podia perceber a participação de algumas mulheres ligadas à luta sindical. (COSTA, 2005).

Uma das primeiras conquistas da luta feminista foi o direito ao voto, as feministas brasileiras que lutaram por este direito,

[...] foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Lamartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16).

Esse feminismo inicial no Brasil, assim como nos países latino-americanos, Europa e Estados Unidos perde um pouco de sua força e entra em processo de desarticulação após a década de trinta, após a conquista do voto feminino. (COSTA 2005; PINTO, 2010).

As próximas manifestações feministas mais significativas surgem no Brasil na década de 1970, “[...] embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964”. (SARTI, 2004, p. 36).

Na década de 1975 a ONU promoveu a comemoração do Ano Internacional da Mulher, favorecendo a formação de novos grupos políticos de mulheres no Brasil, chegando à década de 1980 com grande força e maior organização.

Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. (SARTI, 2004, p. 42).

A institucionalização de grupos feministas em ONGs possibilitou maior organização e maior força aos grupos. No entanto, essas organizações dependem de financiamentos o que compromete sua independência no poder de decisão, pois devem atender aos interesses das agências financiadoras. Essa institucionalização adentrou a década de 90, momento em que houve um aumento de organizações feministas, inclusive mulheres pobres em associações de bairro por exemplo.

Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres. (COSTA, 2005, p. 8).

Costa nos revela ainda a importância desta conferência em Beijing,

[...]a herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado. (2005, p. 11).

Podemos perceber que a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing foi muito importante para o feminismo, pois possibilitou maior organização e mobilização. Essa conferência também foi muito importante porque nela ficou definida a necessidade de ações voltadas para promoção da igualdade de gênero, eliminação de discriminação contra a mulher, entre outras ações. A partir de então, os governos precisaram se articular para atender o que ficou acordado nesta conferência.

Após esta conferência, muitas outras ações, de menor proporção, mas também muito significativas aconteceram, favorecendo a luta feminina por políticas públicas que levem ao menos a diminuição de desigualdades entre homens e mulheres. “O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas.” (COSTA, 2005, p. 14).

No próximo item iremos tratar da relação das mulheres com o trabalho, seja ele realizado na esfera pública ou privada.

2.2 As mulheres e o trabalho

Falar em trabalho nos remete principalmente à ideia de pessoas que saem de suas casas para exercer uma determinada função/profissão em uma empresa, ou até mesmo nas ruas como ambulantes, e raramente, lembramos das pessoas que fazem da sua residência o local de trabalho. Mais raro ainda é admitir as atividades

domésticas como trabalho. Não estamos nos referindo aos trabalhadores domésticos (que recentemente conseguiram ter o reconhecimento de seus direitos garantidos por lei), estamos nos referindo às mulheres (raros são os homens) que trabalham em suas residências, cuidando não somente da limpeza de suas casas, mas também no preparo do alimento, no cuidado com os filhos, enfim, cuidando para que tudo esteja funcionando plenamente (dentro das possibilidades de cada família) para o bem estar de toda a família, um trabalho que além de não ser remunerado é invisível. Invisível no sentido de não ser considerado um trabalho, e sim como algo que a mulher deva realizar “naturalmente”.

Estamos nos referindo ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres em seu próprio lar, para trazer à tona a discussão a respeito do tipo de trabalho desenvolvido por elas, seja no espaço privado ou público. Soihet (2012, p. 365) esclarece que no final do século XIX e início do XX as mulheres realizavam trabalhos domésticos que eram considerados

[...] fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produziam para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem.

Ou seja, além de cuidar da “força de trabalho” as mulheres ainda realizavam outros trabalhos adquirindo ganhos financeiros para o sustento da família, seja “contribuindo” com o companheiro no sustento da família, ou mesmo assumindo sozinhas este compromisso. De modo geral, as mulheres realizavam atividades que pudessem ser realizadas no lar, mas com o processo de industrialização as mulheres passaram a atuar também nos espaços públicos no entanto, continuaram desempenhando atividades parecidas com as desenvolvidas no lar, como por exemplo, o trabalho nas indústrias de fiação e tecelagem, algo próximo da atividade de bordado e costura. Segundo Rago (2012, p. 580),

De modo geral, um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização; elas estavam ausentes de setores como metalúrgica, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens.

Mesmo as mulheres tendo conseguido adentrar no espaço público, percebemos que “em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as

tarefas menos especializadas e mal remuneradas,” (RAGO, 2012, p. 584). Juntamente com as crianças, elas compunham a maioria da mão de obra das indústrias, principalmente das têxteis pelo fato de ser mão de obra barata (FONSECA 2012, RAGO 2012).

As mulheres conseguiram espaço de trabalho na esfera pública, mais especificamente na indústria, (tanto porque muitos homens estavam na guerra, quanto pelo fato citado anteriormente de que as mulheres eram mão de obra barata), mas o fim da Primeira Guerra Mundial trouxe um aumento da população operária, e as mulheres progressivamente foram sendo substituídas pelos homens (RAGO, 2012). Com o aumento da oferta de força de trabalho masculina e com o discurso médico higienista, o trabalho feminino passou a ser considerado uma ameaça à moralidade social.

Muitos acreditavam, ao lado dos teóricos e economistas ingleses e franceses, que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as *crianças cresceriam mais soltas*, sem a constante vigilância das mães. *As mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade.* (RAGO, 2012, p.585, grifo nosso).

O fato de as crianças crescerem “mais soltas” demonstra certa preocupação quanto à propagação da espécie, ou seja, representa uma ameaça à formação de contingente de trabalhadores, pois as crianças representam os futuros trabalhadores, e se estas estivessem muito soltas, estariam expostas a muitos problemas de saúde, assim como “soltas” significa que não estariam recebendo educação necessária para se tornarem cidadãos capazes de contribuir com o desenvolvimento da nação. Ainda conforme citação de Rago (2012), o trabalho feminino representava uma ameaça e indicava que as mulheres deixariam de ser “mães delicadas e esposas carinhosas” deixando de se interessar pelo casamento. O que conseqüentemente diminuiria o número de filhos e seria uma ameaça à “produção” de trabalhadores.

Contudo, a preocupação com esses fatores vai mais além dessas questões de formação de mão de obra, pois, se as mulheres passam a trabalhar fora do lar, e deixam de se interessar pelo casamento e maternidade, significa que elas estão querendo adquirir autonomia, não necessitando ficar fadadas ao casamento para ter

seu sustento, o que representa ameaça à hegemonia masculina. Por isso, a necessidade de disseminar a ideia de que o lugar das mulheres é no lar. Isto se aplica principalmente à família burguesa, onde não havia necessidade de as mulheres trabalharem, mas, mesmo nas famílias pobres onde havia essa necessidade esse discurso também era válido e difundido, no intuito de fazer com que as atividades geradoras de renda desempenhadas pelas mulheres, fossem realizadas no lar.

Rago (2012) faz referência ao período posterior ao fim da Primeira Guerra Mundial, o que não significa que as ideias daquele período não estejam presentes na atualidade. Ainda difunde-se o pensamento de que as mulheres devem ser “mães delicadas e esposas carinhosas”, e o trabalho gerador de renda por elas desenvolvido, deve ser realizado preferencialmente no lar, pois, além de estarem próximas das famílias, isso dificulta seu crescimento pessoal e profissional por desenvolverem atividades desvalorizadas, desta forma, não ameaçam a hegemonia masculina.

Embora haja uma história de resistência no sentido do acesso das mulheres ao mundo do trabalho, esse acontecimento foi inevitável, tendo em vista que a sociedade como um todo passa por transformações, como crescente urbanização, industrialização acelerada e expansão da economia. “Com a emergência da sociedade capitalista, o trabalho feminino assume plenamente a forma de trabalho assalariado, transformando a mulher em significativo contingente da classe trabalhadora”. (NOGUEIRA, 2008, p. 52).

Ainda sobre o aumento da participação feminina no contingente de trabalhadores, Nogueira (2008, p. 53) aponta um dos fatos que levaram ao aumento de mulheres como força de trabalho.

No contexto das primeiras etapas do processo de industrialização no Brasil, dada a necessidade de redução de custos de produção pelo capitalismo, a substituição da força de trabalho masculina pela feminina foi realizada com muitos benefícios para o capital, especialmente pela baixa remuneração oferecida à mulher. Foi por isso que a industrialização se desenvolveu no Brasil utilizando-se prioritariamente do trabalho feminino (e infantil).

Embora as mulheres tenham conseguido aumentar sua participação no mercado de trabalho, na atualidade essa participação ainda é inferior à dos homens.

Segundo dados³ do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no 1º trimestre de 2016, 80,8% da população total do país estava em idade de trabalhar⁴, desse total, as mulheres representavam a maioria com um percentual de 52,2%⁵ desta população, mas isto não significa que elas estivessem trabalhando. Do total de pessoas ocupadas⁶ 57,4% eram homens, ou seja, embora as mulheres fossem maioria na quantidade de pessoas em idade para trabalhar, o maior número de pessoas ocupadas era de homens.

Ainda conforme dados do IBGE, “na categoria de empregados domésticos, cerca de 92% dos trabalhadores são do sexo feminino” (2015, p. 70). Ainda sobre o trabalho doméstico, não podemos deixar de falar sobre a execução desse trabalho no lar, pois a mulher também é a que mais se ocupa com estes afazeres.

Em 2014, 90,7% das mulheres ocupadas realizavam afazeres domésticos e de cuidados. Um quadro que pouco se alterou nos últimos anos considerando que, em 2004, este percentual era 91,3%, *o que mostra que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho não implica numa substituição de trabalho e sim no acúmulo.* (IBGE, 2015, p. 63, grifo nosso).

Esses dados confirmam que além das mulheres serem maioria no contingente de trabalhadores domésticos, ainda são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico realizado em seus lares, ou seja, elas conseguiram aumentar a participação no mercado de trabalho, porém, continuaram com a responsabilidade dos cuidados com a casa e com a família (trabalho não remunerado e não reconhecido), resultando em uma jornada de trabalho maior que a dos homens, que costumamos chamar de dupla jornada. Podemos constatar isso nos dados apresentados a seguir.

A jornada de homens e mulheres no trabalho remunerado e não remunerado pouco se alterou nos últimos anos. No caso da população feminina ocupada a jornada no mercado de trabalho se

³ Informações disponíveis em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201601_trimestre_caderno_20160519_113000.pdf>, acesso em: 01 de abr. de 2017.

⁴ Conforme IBGE, a população considerada em idade de trabalhar são aqueles com 14 anos ou mais de idade.

⁵ Segundo IBGE o percentual mais elevado no número de mulheres em idade para trabalhar, foi um resultado presente em todas as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul).

⁶ População ocupada é aquela que possui alguma ocupação no mercado de trabalho (empregado, empregador, trabalhador por conta própria, trabalhador doméstico, trabalhador familiar auxiliar).

manteve em 35,5 horas semanais e na realização de afazeres domésticos houve uma ligeira queda no período de 22,3 horas semanais para 21,2 horas. No caso dos homens, a jornada no trabalho remunerado teve uma pequena redução de 2,4 horas, passando de 44,0 horas para 41,6 horas semanais. Contudo, a jornada masculina com afazeres domésticos se manteve em 10 horas semanais, menos da metade da jornada feminina neste tipo de trabalho. *Com efeito, a jornada total feminina que, em 2004, era superior à jornada masculina em 4,1 horas semanais passou para 5,0 horas.* (IBGE, 2015, p. 76, grifo nosso).

Observamos pelos dados que o tempo de trabalho remunerado das mulheres se manteve no período de 2004 a 2014 (período da análise do IBGE), havendo uma sutil queda no tempo de afazeres domésticos. No caso dos homens houve uma pequena queda nas horas de trabalho remunerado e o tempo com trabalhos domésticos se manteve igual. Isto significa que a sutil redução no tempo de trabalho doméstico não remunerado desenvolvido pelas mulheres não ocorreu porque os homens assumiram esse tempo, tendo em vista que mesmo o tempo de trabalho remunerado dos homens tendo diminuído o tempo dedicado ao trabalho doméstico não aumentou. Outra informação que devemos considerar é o fato de a jornada de trabalho total das mulheres além de já ser superior a dos homens, aumentou ainda mais no período em questão.

Além da diferença na jornada de trabalho, há também a diferença salarial, que acontece não porque as mulheres possuem um nível de instrução inferior ao dos homens, ocorrendo mesmo que os dois estejam no mesmo patamar de instrução. Segundo dados do IBGE (2015, P. 75),

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é melhor compreendida quando controlada pela hora trabalhada e pela escolaridade dos indivíduos. A análise do rendimento-hora por grupos de anos de estudo mostra que *à medida que avança a escolaridade da PO⁷, aumenta o rendimento médio e, paradoxalmente, aumenta também a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres.* Esse comportamento da desigualdade de rendimentos não se alterou nos últimos anos, mas houve uma redução da magnitude da desigualdade entre 2004 e 2014. No início da década, *na população de até 4 anos de estudo o rendimento-hora das mulheres correspondia a 79,0% do rendimento dos homens e, em 2014, essa relação passou para 78,0%.* Para a população de 5 a 8 anos de estudo, a relação passou de 71,0% para 76,0%. Na categoria de 9 a 11 anos de estudo a redução da desigualdade foi de 67,0% para 73,0% e na categoria dos mais escolarizados, com 12

⁷ PO é designação para População Ocupada.

anos ou mais de estudo, a redução foi de 61,0% para 66,0%. (grifo nosso).

Ao observar as informações acima apresentadas confirmamos que a diferença salarial entre homens e mulheres independe do grau de instrução, ela está presente em todos os níveis, e quanto mais instruído, maior é essa diferença.

Conforme vimos nas informações anteriores, embora as mulheres não possuam a mesma participação que os homens no mercado de trabalho, elas conseguiram obter avanços nesse sentido. No entanto, a imagem dessas mulheres continua associada à reprodução, ou seja, elas continuam sendo vistas como mães, donas de casa, e essa imagem traz limitações em sua colocação no mercado de trabalho, influencia tanto na oportunidade de acesso quanto nas condições de trabalho. (CARLOTO, 2002).

Os papéis exercidos pelas mulheres no mercado de trabalho, bem como o modo de acesso a este mercado estão ligados à questão da divisão sexual do trabalho. Esse conceito foi amplamente difundido sob o impulso do movimento feminista no início dos anos 1970 na França, diante da necessidade de se debater e incluir no conceito de trabalho, o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal, trabalho esse, que em sua maioria é realizado pelas mulheres. (HIRATA e KERGOAT, 2007); (KERGOAT, 2009).

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Ou seja, o período dos anos 1970, em que o movimento feminista tem manifestações significativas, foi um momento de despertar das mulheres para opressão sofrida, sendo no momento a oportunidade de “gritar” para o mundo essa diferenciação entre o trabalho realizado por homens e mulheres. De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599),

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera

produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)

Como apontam as autoras, a divisão sexual do trabalho é prioridade para a sobrevivência da relação social entre os sexos, isto porque, para que se mantenha a dominação e exploração das mulheres (o que é muito interessante para o patriarcado e capitalismo), é necessário que haja esta divisão, para que elas continuem destinadas prioritariamente à esfera reprodutiva/doméstica.

Em nossa investigação, entendemos que, de modo geral, o trabalho realizado pelas mulheres era (e ainda é) desvalorizado, além disso, implica dupla jornada de trabalho, nos cuidados com a família e em busca de ganhos financeiros. O debate em torno do trabalho feminino não se esgota com nossa explanação, no entanto, para desenvolver nossa pesquisa abordamos outras questões relativas às mulheres na sociedade. No próximo item discutiremos a participação das mulheres na educação.

2.3 Educação feminina

Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. (ALMEIDA, 2006a, p. 73).

O pensamento apresentado por Almeida era o que imperava no final do século XIX e início do XX, ou seja, a presença feminina deveria ficar restrita ao lar, incumbindo-se dos cuidados com a família e exercendo com veemência sua função reprodutora, procriando em prol da geração de novos trabalhadores. A educação recebida pelas mulheres deveria restringir-se aos afazeres domésticos (cozinhar, bordar, etc.) e aos ensinamentos cristãos, mas esta realidade era aplicada principalmente às mulheres pertencentes à classe burguesa, pois para as mulheres pobres, embora essa ideia também fosse disseminada, era mais difícil de ser acatada devido à necessidade de elas trabalharem para adicionar ganhos financeiros aos do marido, ou mesmo sustentarem sozinhas a família.

A presença feminina no espaço público gradativamente foi aumentando, principalmente com sua participação na educação escolarizada. Conforme Louro (2012, p. 447),

As últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à

modernização da sociedade, à higienização da família, a construção da cidadania dos jovens. [...] Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; *a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país*; [...] (grifo nosso).

Ainda sobre a participação das mulheres no espaço da educação escolarizada, Almeida (2006a, p. 75) aponta que no início do século XX, permanecia essa necessidade de se educar as mulheres:

Educar o sexo feminino passou a ser uma necessidade que se impunha cada vez mais diante da sociedade urbanizada que ditava novas regras de convivência no espaço citadino. [...] *educar as mulheres para tornar melhores os homens, instruir futuras mães para que contribuíssem para a grandeza da pátria*. (grifo nosso).

Essa necessidade de educar as mulheres se deve ao fato de haver uma preocupação em relação ao futuro da sociedade, pois o processo de urbanização trouxe mudanças para esta sociedade, na forma de trabalhar, de se relacionar, havendo a necessidade de “novas regras de convivência”, e essa transformação deveria ocorrer já com as crianças que seriam os “novos trabalhadores e trabalhadoras do país”, e “[...] as mulheres seriam as principais indicadas para se incumbirem em modelar uma infância saudável, patriótica e livre de vícios que degeneram a raça e a sociedade” (ALMEIDA, 2006a, p.75).

Como as mulheres eram consideradas as mais indicadas para formar os futuros cidadãos, foi necessário que elas passassem a ter acesso à educação escolar, tanto para que tivessem instrução suficiente para formar futuros trabalhadores, como também formar futuras mães que formariam trabalhadores.

Podemos considerar que a possibilidade de ingresso das mulheres na educação escolar se deu ainda no início do século XIX com a promulgação da Lei Geral do Ensino de 1827, que determinava: “haverá escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas em que os presidentes em conselho julgarem necessário este estabelecimento” (Compilação das Leis Provinciais das Alagoas, 1835-1872, p. 53). O ensino das meninas deveria ser realizado por professoras, pois as meninas não podiam ser educadas por homens, segundo discute Louro (2007, p. 75): “senhoras ‘honestas’ e ‘prudentes’ ensinam meninas, homens ensinam meninos”. Um dos fatores que contribuiu para que as mulheres tivessem acesso à educação escolar foi a necessidade de professoras para ensinar as meninas. Assim, as

mulheres passaram a frequentar a escola como alunas e também como professoras, formadas nas Escolas Normais⁸.

Como vimos, para que as meninas frequentassem as aulas, era necessário que as mesmas fossem ministradas por mulheres (professoras). Fica então evidente que havia uma separação entre meninos e meninas, ou seja, as aulas aconteciam em salas, ou até mesmo escolas separadas. Posteriormente é que foram permitidas salas de aulas mistas, com meninos e meninas juntos.

Esse acontecimento se deu por diversos fatores, como por exemplo, o fato de o magistério, ao longo do tempo, sofrer algumas modificações (exigência de formação dos mestres, horários, etc.) e não poder ser exercido como no tempo do mestre escola⁹ (o magistério era exercido de forma secundária, por pessoas que em sua maioria não tinham formação para exercer tal função). A industrialização também contribuiu, pois havia novas possibilidades de profissões com melhores salários, o que fez com que muitos homens deixassem o magistério. Não podemos deixar de citar também o fato de as mulheres terem lutado por seus direitos, o que possibilitou abertura de novas oportunidades, como a permissão para ensinar também aos meninos. Vale ressaltar, entretanto, que elas apenas poderiam ensinar os meninos até 10 anos de idade (isso ocorreu nas décadas finais do século XIX), pois “buscava-se assim cercar de salvaguardas a sexualidade dos meninos e das professoras”. (LOURO, 2012, p. 453).

Além dessa divisão de turmas, havia também uma diferenciação curricular que é apontada por Louro (2012, p. 444):

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Isto ocorria porque “o fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos” (ALMEIDA, 2006a, p.70), ou seja, sob a ideologia patriarcal difundia-se o entendimento de que não havia necessidade de as mulheres receberem os mesmos ensinamentos que os homens.

⁸ Para maiores informações sobre as Escolas Normais, consultar: TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 61-88, Mai/Jun/Jul/Ago., 2000.

⁹ Para melhor entendimento consultar: VILELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Gneve.(org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Para elas bastava algumas noções de leitura, escrita e algumas operações matemáticas já que elas eram as primeiras a fornecer os primeiros ensinamentos aos filhos. Além disso, considerava-se que esses conhecimentos adquiridos por elas também as ajudariam na administração da casa, recebendo também os ensinamentos de bordado e costura para serem mulheres prendadas. Sendo assim,

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. (LOURO, 2012, p. 447).

Isto significa que a educação ofertada às mulheres não tinha o objetivo de proporcionar-lhes conhecimentos que lhes permitissem alcançar outras formas de viver na sociedade que não sendo, prioritariamente, esposa e mãe, atendendo aos interesses dominantes.

Sobre a intencionalidade da educação ofertada às mulheres, não podemos dizer que isso tenha mudado muito, mas houve um progresso no acesso delas ao sistema educacional, tanto por conta de movimentos (feministas, por exemplo), que lutam por igualdades de direitos, assim como pelas mudanças sociais, econômicas e políticas que trouxeram a necessidade de mudanças.

A educação das mulheres entrou na agenda da educação nacional dos anos 1990 quando o Brasil, como outros países da América Latina, viveu um intenso processo de reformas educacionais impulsionadas por organizações internacionais (Unesco, Unicef, Banco Mundial, entre outras), subsumidas nos compromissos da campanha internacional “Educação Para Todos. Considerando a educação como instrumento fundamental para a redução de desigualdades nacionais e internacionais, as reformas se propunham ampliar a oferta e obter ganhos de qualidade sem aumentar os gastos nacionais com a educação. (ROSEMBERGUE, 2012, p. 345-346).

Constatamos que a educação para as mulheres entrou na agenda política principalmente por causa de compromissos firmados com organizações internacionais, por considerarem que a educação é fundamental para reduzir desigualdades, ou seja, a educação ofertada às mulheres não “entrou na agenda” porque organismos políticos acreditaram que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens, mas sim para atender uma necessidade política.

Salientando que a intenção era fazer isso sem aumentar as despesas, algo que é bem característico do neoliberalismo.

O acesso das mulheres à educação realmente se expandiu. Dados do IBGE (2014) apontam que no senso de 2010 verificou-se que a taxa de analfabetismo entre homens e mulheres eram próximas (pouco mais de 9% para os dois). No entanto, essa taxa era maior entre as mulheres com 60 anos ou mais de idade 27,4%, e para eles 24,9%. Como o maior número de mulheres analfabetas estava na faixa etária mais elevada, indica que houve aumento da participação feminina na educação escolar, já que estas mulheres mais velhas são do tempo em que as mulheres tinham pouco ou nenhum acesso à educação escolar.

A ampliação do acesso das mulheres à escolarização não ficou restrito somente ao nível de alfabetização, atingiu todos os níveis, existindo inclusive maior escolarização das mulheres em relação aos homens. No ano de 2014 o percentual de mulheres concluintes do ensino médio era de 12 pontos percentuais a mais que os homens, e essa diferença é ainda mais notável em concluintes do nível superior, onde a proporção de mulheres é 25% maior que de homens. (IBGE, 2015). Podemos dizer que,

[...] a desigualdade de gênero foi reduzida no acesso e no processo educacional, mas não se pode perder de vista, que o ambiente escolar muitas vezes contribui para a reprodução dessas desigualdades. Há, nesse ambiente, um importante mecanismo de socialização capaz de reforçar estereótipos de gênero, moldando comportamentos de mulheres e homens [...]. (IBGE, 2014, p. 107).

Por isso, “a verdade é que o acesso mais intenso das mulheres à educação escolar não tem garantido de fato uma igualdade de oportunidade a toda e qualquer mulher [...]”. (ROSEMBERG, 2012, p. 352).

Apresentamos algumas considerações a respeito da participação feminina no trabalho e na educação. Entendemos ser relevante apresentar também algumas informações sobre a relação educação/trabalho sem, no entanto, especificar o gênero nessa relação.

Quando vivíamos em comunidades primitivas a relação educação/trabalho era algo inerente aos indivíduos, ou seja, aprendia-se a trabalhar trabalhando, e os conhecimentos eram transmitidos de pai para filho, não havendo espaços específicos, destinados à educação.

Com os avanços no passar dos tempos e o advento do capitalismo esse quadro se alterou, havendo a necessidade de formação específica dos sujeitos, pois como aponta Cezar e Ferreira (2016, p. 2146) “com os movimentos e crises cíclicas do capitalismo, a educação ganha um valor econômico, sendo considerada como um bem de produção, observando a relevância em ‘qualificar os recursos humanos’ [...]”. Isto porque, a educação ofertada nas instituições além de “qualificar os recursos humanos” para atender aos interesses do capitalismo, também é responsável por difundir as ideias da classe que detém o poder, não ameaçando a hegemonia dessa classe.

Além de a educação formal servir como difusora das ideias capitalistas e preparar as pessoas para atender as necessidades do mercado, ela também surge como sendo pré-requisito para o país integrar-se à globalização. Na citação a seguir, podemos verificar que diversos órgãos internacionais “orientam” a ampliação da educação básica como condição de inserção na economia globalizada.

[...] a escola básica, passou a ser defendida como universal, laica, gratuita e obrigatória a todos, no Brasil, por exemplo, oferta-se formação polivalente *visando à qualificação de mão de obra para o mercado*. [...] Esses requisitos foram colocados como necessários para o desenvolvimento equitativo e *para a inserção dos países latino-americanos na economia globalizada*. Essas orientações, emanadas não só de organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mas, também, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Banco Mundial, objeto também da Conferência Mundial da Educação para Todos, realizada em Jontiem (Tailândia, 1990), *vinham prescrevendo o urgente aumento de escolaridade como condição sine qua non para a adoção de novas tecnologias, inserção e posicionamento do país no mundo globalizado*. (ZIENTARSKI, 2015, p. 63, grifo nosso).

Conforme informações apresentadas o aumento da oferta da educação básica, visando à formação de mão de obra para o mercado, é condição necessária para que os países em desenvolvimento possam se inserir no “mundo globalizado”. Nesse sentido, a educação está servindo exclusivamente para atender aos interesses da classe que detém o poder.

Na próxima seção apresentamos informações específicas, relativas ao Programa Mulheres Mil, e sobre Políticas Públicas, já que o programa está inserido nesse universo.

3 O PROGRAMA MULHERES MIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Discutir sobre Políticas Públicas é evocar muitas questões, o próprio termo traz dúvidas quanto ao seu conceito. Tratar desse assunto pode significar muitas e muitas páginas de escrita para expor seus conceitos, suas aplicações e implicações. Nosso objetivo não é explanar todas estas questões; é nossa intenção apresentar algumas informações essenciais do que vem a ser Políticas Públicas.

Ao tratarmos especificamente das políticas de geração de renda e políticas de gênero, buscaremos abordar o assunto de modo mais detalhado, tendo em vista que o discurso do Programa Mulheres Mil é objeto de nossa pesquisa e tal programa faz parte dessas políticas.

3.1 Definindo Políticas Públicas

A sociedade de modo geral é repleta de conflitos, e segundo Rua (2009) uma das maneiras de administrar conflitos é por meio da política, que “consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.” (RUA, 2009, p. 16). Se a política serve para resolver conflitos quanto a bens públicos, então é inevitável falar em políticas públicas, e, para adentrarmos no assunto, trazemos um esclarecimento de Rua (2009) para o termo Políticas Públicas.

O termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. (p. 18).

Ainda sobre definição do que vem a ser Políticas Públicas, Souza (2006, p. 26) aponta que podem ser definidas,

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

As ações do governo e as propostas de mudanças devem atender às demandas da sociedade, no intuito de atingir mudanças reais e necessárias, priorizando aqueles excluídos socialmente. Oliveira (2010, p.3) salienta que “[...] os grupos de interesse¹⁰, organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionarem o governo a fim de que políticas públicas sejam tomadas em seu favor”. Ou seja, os grupos de interesse e movimentos sociais, embora não tenham o poder de decisão quanto à criação de políticas públicas, conseguem influenciar em tal decisão, para que – ao menos em parte – suas reivindicações sejam atendidas. Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 17) ressaltam que,

Uma política pública não é apenas um conjunto de decisões. É concebida, formulada e implementada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e consensos.

Ainda a respeito dessa relação sociedade/Estado/políticas públicas, Yazbek (1996, p. 19) ressalta que,

É importante lembrar que da sociedade civil partem demandas que o Estado deve atender. Ambos, sociedade civil e Estado, resultam de relações sociais contraditórias e produzem instituições e políticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais e políticas da sociedade.

Diante disso, podemos inferir que o Programa Mulheres Mil é resultado dessa relação de conflitos e consensos da sociedade em busca de seus interesses, mas historicamente vemos prevalecer os interesses da classe dominante. No entanto, isso não se apresenta abertamente; muito pelo contrário, os benefícios adquiridos pela classe dominante aparecem como se fossem de interesse coletivo, como uma estratégia para garantir dominação e poder. Portanto, essa relação Estado/sociedade é “uma relação que, sob a aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como bem-estar o que é na verdade direito”. (YAZBEK, 1996, p. 22).

Considerando que o Brasil firma parcerias/acordos com outros países, como resultado dessas parcerias existe obrigações a serem cumpridas. Além disso, existem as conferências mundiais¹¹, realizadas por organismos internacionais que

¹⁰ Oliveira (2010, p. 3) designa que os grupos de interesses podem ser “econômicos, étnicos, de gênero, culturais, religiosos, etc.”

¹¹ Podemos exemplificar estes encontros internacionais como os que resultaram nas Metas do Milênio e as Metas Educativas.

também cobram um posicionamento dos países diante de problemas que estes apresentam, tendo como um dos resultados, as políticas sociais.

Chega-se, portanto, ao início do século XXI, com um Sistema de Proteção Social marcado pelos traços da reforma dos programas sociais, sob a orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, expresso pela descentralização, privatização e focalização dos programas sociais. (SILVA; YAZBEK, GIOVANNI, 2014, p. 23).

As conferências mundiais acontecem por conta de interesses econômicos e sociais dos detentores de poder, mas também têm uma participação da população, que se mobiliza pressionando os governos em busca de melhorias para os excluídos socialmente. Não que as conferências atendam às necessidades dessa população, mas a partir dessas conferências, algumas ações são realizadas para abrandar a população.

De acordo com Yazbek (2006, p. 44-45)

O que se observa é que os trabalhadores pobres, as classes subalternizadas e submetidas à espoliação engendrada pela sociedade capitalista *reagem à sua situação de pobreza de diferentes formas*, que muitas vezes se combinam: quer desenvolvendo estratégias de sobrevivência extremamente diversificadas, quer vindo a *constituir-se em demandatária dos programas das políticas públicas*, ou ainda, articulando-se em movimentos que tem o Estado como alvo prioritário de suas lutas sociais. É a carência como uma situação social, e não como uma situação individual de alguns, que define o caminho das ações coletivas de enfrentamento da pobreza por parte dos subalternos. (grifos nossos).

Diante do exposto, reiteramos nosso entendimento de que o Programa Mulheres Mil é resultado dessa demanda social juntamente com a demanda de interesses políticos capitalistas, que acabam resultando em políticas distributivas que segundo Frey (2000, p. 223-224),

[...] são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que *políticas de caráter distributivo só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos* – pelo menos diretamente percebíveis – para outros grupos. [...] Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena: [...]. (grifo nosso).

Ou seja, são implementadas políticas compensatórias entendidas como:

[...] todo tipo de ação de governos que tem por objetivo minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, vistos como prejudicados ou discriminados pelo padrão dominante de distribuição da riqueza social. (SILVA, 2010, n.p.).

Essas políticas visam atender - em parte – a algumas das reivindicações dos grupos de interesse no intuito de atenuar problemas presentes no país (extrema pobreza, desemprego, desigualdade racial, desigualdade de gênero, etc.) e com isso diminuir sobre o governo a pressão exercida por estes grupos.

Após apresentarmos algumas informações relativas às políticas públicas de forma mais objetiva, no próximo item trazemos informações concernentes às políticas de gênero e geração de renda.

3.2 Políticas de Geração de Renda e Políticas de Gênero

Neste item discutiremos a natureza das políticas de geração de renda e políticas de gênero, abordando posteriormente a conjuntura em que surgiu o Programa Mulheres Mil, marcada pela efervescência destas políticas.

Embora o Programa Mulheres Mil tenha sido instituído em 2011, os primeiros passos para seu surgimento aconteceram em 2003, início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, momento em que foi criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, possibilitando a ocorrência da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que resultou no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Posteriormente, aconteceram outras conferências que resultaram em outros planos, que serviram como um passo inicial para o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres.

Este momento do início do governo Lula foi de muitas expectativas - para as pessoas mais desprovidas financeiramente - por se tratar de um ex-operário assumindo o posto mais importante de um país. Então, de modo geral, criaram-se esperanças de que a partir desse momento a população mais carente seria beneficiada, tendo em vista o presidente ter sido uma pessoa do “povo”. Visamos retomar que foi um período marcado por algumas mudanças, embora muitos fatores que influenciaram em tais mudanças já vêm de governos anteriores. Estamos partindo da década de 1990, período em que,

[...] verifica-se o alinhamento do Brasil ao movimento geral de globalização financeira e a implementação de um conjunto de reformas: reforma administrativa do Estado; abertura comercial e financeira; privatizações; desregulamentação das relações de trabalho; reforma da Previdência Social; estabilização da moeda, com a instituição do Plano Real em 1994. Ocorre o retorno do Brasil

ao circuito financeiro internacional, enquanto receptor de recursos externos e abertura comercial. (SILVA; YAZBEK, 2008, p. 11).

Essas mudanças citadas ocorreram porque o Estado brasileiro passou a ter sua atuação orientada pelos parâmetros da ideologia neoliberal, no intuito de se inserir na competitividade da economia globalizada. Para Harvey o neoliberalismo é,

[...] em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de sua estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; [...] (2014, p. 12).

O capitalismo externo vinha de um processo de crise desde 1973, e se agravou nas décadas seguintes (SILVA; YAZBEK, 2008), e como o Brasil é um Estado capitalista, por conseguinte também sentiu as consequências desta crise, e também naquele momento necessitou aumentar sua participação na economia globalizada, aderindo ao neoliberalismo. Além do mais, já possuía uma grande dívida externa, o que fez com que fosse necessário se submeter aos ditames do mercado internacional. Harvey (2014, p. 85) aponta um dos motivos para adesão ao neoliberalismo:

Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento oportuno o resto da dívida. *O problema estava no fato de o FMI¹² ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida [...] que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais.* (grifo nosso).

A participação do Brasil na economia globalizada e adesão ao neoliberalismo pressupõem a sua adesão aos projetos impostos pelas agências internacionais, pois a participação de qualquer país em blocos de poder, principalmente o poder econômico, traz a obrigatoriedade de aplicação de seus projetos que versam, na maioria das vezes em instituir um discurso de que a propagação de liberdades individuais é o melhor caminho para conseguir vencer os obstáculos sociais e econômicos. É nessa linha que o incentivo ao empreendedorismo segue, a partir do

¹² FMI – Fundo Monetário Internacional.

qual o Estado contribui com informação e formação básica para ser empreendedor ao mesmo tempo em que se abstém da responsabilidade de “manter” e/ou garantir meios de sobrevivência de determinado cidadão e/ou grupos de cidadãos.

Dessa forma, o Estado transfere a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso unicamente ao cidadão e ainda reduz seus gastos. Na citação a seguir, Harvey (2014, p. 76), reforça essa ideia neoliberal de transferência de responsabilidades para o indivíduo:

Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. [...] *O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais* (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano, por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo). (grifo nosso).

Como podemos observar, a lógica neoliberal responsabiliza o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, isto é, se houver sucesso foi porque o indivíduo agiu corretamente, se houver fracasso significa que o indivíduo não se esforçou para alcançar o sucesso, eximindo o modo de produção capitalista e a sua exclusão de classe, de qualquer responsabilidade.

Seguindo a lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que o Estado transfere responsabilidades para os indivíduos, ele deve incentivar a “propriedade privada, o livre comércio e o livre mercado”. Isto significa dizer que o Estado deve defender as privatizações de órgãos que eram geridos por ele, tendo em vista que, conforme Harvey (2014, p.76) “afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e custos diretos ao consumidor [...]”, ou seja, as propriedades estatais são consideradas “entraves” nas negociações globais.

A noção de empreendedorismo (citada anteriormente) é de que os sujeitos sejam dirigentes de suas ações, ou seja, um sujeito proativo, que não espera as coisas acontecerem, ele mesmo faz. Esse discurso está intimamente ligado à prática de economia solidária, isso acontece com muita intensidade nessa conjuntura neoliberal justamente por ter sido um período de ajustes econômicos que teve como consequência aumento do desemprego, e como o neoliberalismo prega o esforço

individual (no sentido de que cada um seja responsável por seu sucesso), empreendedorismo e economia solidária caminham juntos como alternativas ao desemprego.

Sobre as variadas atividades de geração de trabalho e renda que emergiram ao longo dos anos 1990, existem aquelas que passaram a ser nomeadas como economia solidária e que em 2003, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, foram elevadas a categoria de política pública [...]. (BARBOSA, 2008, p.101).

Entendemos que o a crise do capitalismo é estrutural, no entanto, há momentos em que essa crise está em maior evidência, como foi assinalado por (SILVA; YAZBEK, 2008), que em meados de 1973 a crise foi se agravando, resultando em mudanças econômicas e sociais, gerando aumento do desemprego, causando maior empobrecimento da população, com isso, há necessidade de redução da participação do Estado nos gastos públicos, transferindo a responsabilidade da resolução do desemprego para a sociedade. Carloto e Gomes (2011) explicam que:

É nesse sentido que a geração de renda assumiu um espaço privilegiado no discurso político do Estado, na possibilidade de criação de estratégias alternativas ao emprego formal e assalariado, e sob o discurso da autogestão e empreendedorismo, mas que serviram tão somente para encobrir a incapacidade política de solucionar o problema do desemprego. *Assiste-se assim, a um aumento considerável das políticas que visam a geração de renda tendo como público-alvo mulheres pobres.* (p. 139, grifo nosso).

Esta exposição de Carloto e Gomes se refere, principalmente, ao período da década de 1990, que foi momento de ajustes econômicos, de desemprego e do ápice da adoção do neoliberalismo. No entanto, os problemas continuam atuais, a pobreza, a discriminação, as restrições sociais continuam em alta e continua-se seguindo os princípios neoliberais. Isto significa que a geração de renda continua sendo uma alternativa ao emprego formal, principalmente para as mulheres.

As políticas de geração de renda seriam uma alternativa para amenizar o empobrecimento da população. Ao tratar do aumento da pobreza, não podemos deixar de trazer à tona o termo “feminização da pobreza” termo este introduzido em 1978 pela estadunidense Diana Pearce,

[...] para ela, a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e

se responsabilizando pelo sustento da família. (NOVELLINO, 2004, p. 2).

Seguindo este princípio, a feminização da pobreza ocorre quando a mulher sozinha tem que prover o sustento da família. Isto se daria não porque a mulher não seja capaz de prover o sustento da família com qualidade, mas sim porque historicamente o patriarcado materializou uma diferença entre homem e mulher. Ao homem reservou-se a esfera pública (economia, política e ciência), já a mulher deveria ficar restrita à esfera privada (reprodução e cuidados com a família).

Como consequência, como já foi dito, a participação das mulheres no espaço de trabalho aconteceu na grande maioria em trabalhos com características de cuidado/zelo, ou seja, algo muito próximo do trabalho realizado no lar, continuando com a responsabilidade pela reprodução e cuidados com a família. É o que apresentamos no item 2.1, a questão da divisão sexual do trabalho, “esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher).” (KERGOAT, 2009, p. 1).

Soares (2013, p. 899) ressalta “que no patriarcado o trabalho das mulheres é compreendido como complementar ao masculino, pois o homem deve assumir o papel de provedor e protetor da família”. Essa relação da mulher com o trabalho tem como consequência sua redução salarial. Conforme dados do IBGE (2014, p. 119)

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres [...] é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico.

Consequentemente, se a mulher passa a ser a “chefe” da família, seja pela ausência masculina (ausência ou porque o homem abandonou o lar, ou a mulher ficou viúva, ou mesmo porque a família é constituída só por mulheres) ou pela incapacidade do homem de prover a família (por algum motivo que o incapacite ao trabalho), de modo geral, estas famílias tendem a ser mais empobrecidas. Isso ocorre pelo fato que apresentamos na citação acima, de que a presença feminina no mercado de trabalho é diferenciada, em ocupações precárias, predominantemente

em trabalho doméstico, ou seja, em trabalhos desvalorizados, tendo como consequência, baixos salários e famílias mais empobrecidas.

Além da desvalorização salarial das mulheres colaborar para as famílias chefiadas por elas serem mais pobres, existem outros fatores que contribuem para tal, como por exemplo, o fato de que no caso de uma separação, na maioria das vezes são as mulheres que assumem a responsabilidade com os filhos, acarretando maior despesa para elas.

A inserção diferenciada no mercado de trabalho, com salários e condições precárias é um descaso e desvalorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres num mercado em que os cargos de chefia são prioritariamente destinados aos homens, e mesmo quando elas conseguem exercer estes cargos, seu salário é inferior ao deles.

O indicador de proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade em cargos de direção ou gerência segundo o sexo, em geral é calculado nos relatórios de gênero para avaliar o grau de empoderamento das mulheres na esfera econômica. Este é um indicador relevante para se avaliar a igualdade de condições e de oportunidades na sociedade visto que *os espaços de poder e decisão, tradicionalmente, são atribuídos aos homens*. Em 2004, o percentual de mulheres nestes cargos era 4,6%, enquanto na população masculina essa proporção era de 6,8%. Em 2014 houve uma ligeira redução na desigualdade, cujas proporções passaram para 5,0% e 6,6%, respectivamente. *Além disso, as mulheres nestes cargos recebiam em média 70,0% do rendimento médio dos homens em igual condição, o que ilustra uma pequena redução da desigualdade considerando que, em 2004, essa relação era de 67,0%*. (IBGE, 2015, p.78, grifo nosso).

Os dados apontados pelo IBGE confirmam a ideia apresentada anteriormente de que vivemos em uma sociedade patriarcal, onde prevalecem as vontades, os direitos e o poder masculino sobre o feminino, ou seja, não é algo que ficou no passado, tendo em vista os dados serem atuais. Isso reforça que as famílias chefiadas por mulheres tendem a ser mais empobrecidas, já que de modo geral, as mulheres têm os rendimentos inferiores aos dos homens. No entanto, não estamos com isso confirmando que existe feminização da pobreza, para isso seria necessário, maiores pesquisas. Contudo, Novellino (2004, p.2) nos esclarece que existem muitas pesquisas no sentido de comprovar ou não a questão da feminização da pobreza.

O fato é que, sendo ou não real este processo de feminização da pobreza, muitos estudos vêm sendo feitos nos últimos 25 anos, os quais tomam ora como pressuposto ora como hipótese a sua existência. Quando esses estudos conseguem provar a veracidade do processo, eles *passam a ser elementos justificadores da adoção de políticas públicas voltadas especificamente para mulheres pobres.* (grifo nosso).

Entendemos que o Programa Mulheres Mil surge nessa conjuntura de criação de Políticas Públicas voltadas para mulheres de baixa renda, haja vista que as mulheres possuem menores rendimentos, além de ser também um dos grupos que apresenta maior taxa de desemprego.

O desemprego feminino tem sido uma preocupação não somente brasileira, mas de grande parte dos países, principalmente num contexto de crise econômica na qual reconhecidamente jovens e mulheres são os primeiros a sentirem os efeitos. Em 2014, foram contabilizadas 4,0 milhões de mulheres de 16 anos ou mais de idade nesta condição, o que expressa uma redução de -10,9% em relação ao valor de 2004. Contudo, *as mulheres continuam sendo o segundo grupo populacional com a maior taxa de desocupação, abaixo apenas da categoria de jovens.* (IBGE, 2015, p. 63, grifo nosso).

Com baixos rendimentos e altas taxas de desemprego, é necessário a criação de Políticas Públicas voltadas para atender a essas necessidades, além do fato de o Brasil aderir ao neoliberalismo e almejar competir com a economia globalizada implica em compromissos firmados com organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), que promulgou as Metas do Milênio, que tem entre suas metas a “redução da pobreza” e promoção de “igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres”. Isso favoreceu a geração de políticas públicas específicas para amenizar a pobreza e a exclusão das mulheres, bem como as políticas de gênero.

A necessidade da criação de políticas de gênero (específicas para mulheres) demonstra como ainda existe muita desigualdade entre mulheres e homens, e aponta a necessidade de ao menos diminuir esta desigualdade.

Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença – entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos “igual valor”, reconhecendo, portanto, que suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. (FARAH, 2004, p.127).

Isso significa que mesmo as mulheres tendo suas diferenças em relação aos homens (diferença física, comportamental, sentimental, etc.), ela é igualmente capaz e tem direito a esse reconhecimento, e que justiça seja feita e elas possam acessar iguais oportunidades.

A inclusão de gênero nas políticas públicas não aconteceu repentinamente. Isto é resultado de diversas ações que culminaram na criação de políticas de gênero, processo este em construção. Dentre as ações que possibilitaram a criação de políticas de gênero podemos citar a influência de organismos internacionais e o movimento feminista. Estamos falando em influência dos organismos internacionais porque tais organismos, a partir de conferências traçam objetivos que devem ser executados pelos países que se associam a eles.

As políticas resultantes desta associação normalmente estão voltadas para a diminuição da extrema pobreza, que é um problema de diversos países, e essas políticas, em sua maioria, têm como agente central as mulheres, tanto porque elas tendem a ser mais empobrecidas (por diversas razões, dentre elas, os baixos salários), quanto pelo fato de as mulheres ainda estarem associadas à uma imagem de mãe, protetora, aquela que vai zelar pelo bem da família, sendo assim consideradas as mais indicadas para serem as principais beneficiárias de tais políticas.

A maior parte das políticas públicas de gênero para as mulheres pobres podem ser definidas como políticas sociais assistencialistas centradas em programas tais como provisão de ajuda alimentar, programa de renda mínima, programa de bolsa-de-estudos. Para resumir, *essas políticas são assistencialistas e voltadas para a família, assumindo a maternidade como o papel mais importante para as mulheres.* (NOVELLINO, 2004, p. 11, grifo nosso).

Identificamos que as políticas voltadas para as mulheres, em sua maioria, estão direcionadas para mulheres pobres e acabam reforçando a questão da divisão sexual do trabalho, pois, a partir do momento em que essas políticas apresentam as mulheres como sendo as principais responsáveis pela família, reforçam a sua associação à esfera reprodutiva. Isto acontece porque “[...] a perspectiva de gênero mesmo que incorporada nas agendas políticas, teve o seu conteúdo muitas vezes esvaziado, isto é, embora carregasse o termo, o mesmo nem sempre ocorria com o conceito” (GOMES; CARLOTO, 2010, p.19). Constatamos que “[...] as políticas [...] se voltam mais para a sobrevivência de mulheres pobres e seus filhos. Elas não

apresentam, definitivamente, políticas de gênero que conduzam a um maior e real empoderamento de mulheres pobres”. (NOVELLINO, 2004, p. 11).

Fica evidente que, o fato de existirem políticas voltadas especificamente para as mulheres, não significa que elas sejam efetivamente de gênero. A seguir vemos que,

Políticas de gênero são políticas públicas sensíveis às questões de gênero. Políticas de gênero têm como objetivo *contribuir para o empoderamento das mulheres e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens*. (Idem, p. 10, grifo nosso).

Vimos que, embora existam políticas voltadas especificamente para mulheres, não significa que elas atendam ao que deveria ser realmente uma política de gênero, pois em sua maioria são políticas assistencialistas, que não geram mudança estrutural, conseqüentemente não proporcionam às mulheres igualdade de poder entre elas e os homens.

As informações apresentadas até o momento demonstram que, quando nos referimos ao Programa Mulheres Mil, estamos tratando de uma política de geração de renda, que se enquadra no que alguns podem intitular como política de gênero. No entanto, para que possamos entender melhor, e avaliar se o Programa pode ou não ser considerado como uma política de gênero, no próximo item iremos apresentar informações relativas ao programa que irão dar subsídios para as discussões posteriores.

3.3 O Programa Mulheres Mil

Nossa pesquisa trata do discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil, que é um programa exclusivo para mulheres de baixa renda. Para que o leitor possa compreender nossa pesquisa, traremos questões específicas relativas ao programa, apresentando seu contexto histórico, justificativa, objetivos e a metodologia utilizada pelo programa, bem como fatores que levaram ao seu surgimento. Conforme Cartilha Pronatec “Brasil Sem Miséria Mulheres Mil” (BRASIL 2014, p. 3),

Os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seu aprendizado e sua vivência motivaram a criação do **Programa Mulheres Mil**, cujo pilar se constitui em potencializar essa bagagem e transformá-la em

qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho.
(grifos do autor).

Embora o Programa tenha sido instituído em 2011, os primeiros passos que resultaram nesta Política Pública foram dados ainda no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mandato esse que inicia com a Medida Provisória nº 103, convertida na Lei nº 10.683 de 2003, que apresenta como ficará estruturado o governo a partir desse momento, relacionando ministérios, conselhos, gabinetes e secretarias. Nessa Medida Provisória, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, ligada ao Ministério da Justiça, foi transformada em Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM)¹³.

A partir do momento que passa a existir uma secretaria especializada em políticas voltadas especificamente para as mulheres, pressupõe-se que mais ações serão realizadas no sentido de ampliar as políticas públicas para elas. Nesse sentido, em julho de 2004 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que originou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que traz algumas diretrizes para que se consiga alcançar alguns objetivos voltados para atenção à mulher.

O Plano traduz em ações o compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando de sua eleição em 2002, de enfrentar as desigualdades entre mulheres e homens em nosso país e reconhece o papel fundamental do Estado, através de ações e políticas públicas, no combate a estas e outras desigualdades sociais. (PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES [versão compacta], 2005, p.6).

O trecho citado acima, extraído do primeiro PNPM diz que este plano “traduz em ações” o compromisso assumido pelo então presidente da República de enfrentar as “desigualdades entre homens e mulheres”. Ponderamos que o fato de acontecer uma conferência que resultou em um plano voltado especificamente às políticas para as mulheres pode ser considerado um avanço no sentido de ao menos existir um registro oficial das ações que devem ser empreendidas em favor da diminuição das desigualdades existentes entre homens e mulheres. Mas o fragmento “traduz em ações” suscita algo muito mais abrangente e concreto em

¹³ Informações sobre a secretaria: Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>, Acesso em: 20 de out de 2015.

relação à promoção de igualdade entre os sexos, algo que ainda não havia acontecido.

Em agosto de 2007 (ano em que foi lançado o projeto piloto do Programa Mulheres Mil) aconteceu a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), que resultou no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Conforme o seu texto, tal plano

Responde não apenas à mobilização da sociedade brasileira para a ampliação da perspectiva de gênero e raça/etnia nas ações desenvolvidas pelo Estado, mas também ao reconhecimento por parte deste governo de que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção e aperfeiçoamento, e se constituem em responsabilidade de todos os órgãos que o integram. (II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2008, p. 21)

Esta II CNPM que resultou no II PNPM foi resultado da “mobilização da sociedade” para que as ações propostas no I PNPM fossem aperfeiçoadas e ampliadas, tendo em vista que são ações ainda em processo de construção e aprimoramento.

A III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorreu em dezembro de 2011 (ano em que foi instituído o Programa Nacional Mulheres Mil, momento no qual também foi eleita a primeira “presidenta” – Dilma Rousseff). Essa conferência teve como resultado o III PNPM 2013-2015 que, “contribuiu para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, aprovada a partir de 2004, e referendada em 2007 e em 2011, pelas respectivas conferências”. (III PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013, p.9).

O primeiro capítulo do III PNPM (2013, p.11) propõe como objetivo geral:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país. (grifo nosso).

O objetivo geral do III PNPM apresenta metas audaciosas, considerando que entre homens e mulheres as desigualdades econômicas e relacionadas ao trabalho não são um problema que possa ser resolvido com ações propostas em um plano de

política para mulheres, tendo em vista vivermos em uma sociedade capitalista, em que as desigualdades são estruturais. O Programa Mulheres Mil aparece como uma Política Pública que contribuirá para o desenvolvimento de tal objetivo, tendo em vista que o III PNPM apresenta, dentre as suas metas (apresentadas de A a N), duas que citam especificamente o PMM. São elas:

D. Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (inclusive Mulheres Mil).

E. Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Mulheres Mil). (III PNPM, 2011, p. 15).

Notamos que o Programa Mulheres Mil é citado no III PNPM – lançado em 2013 - como uma das estratégias para alcançar metas definidas neste plano, mas como dissemos anteriormente as primeiras iniciativas que resultaram no Programa Mulheres Mil surgem no momento em que é criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM), pois é a partir dela que surgem mais ações voltadas para as mulheres (CNPM e PNPM, citados anteriormente). No entanto, algo concreto que resultou no surgimento do programa foi uma parceria existente entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (através de um projeto de extensão que ofereceu capacitação para camareira) e o governo canadense representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do *Colleges* Comunitário do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros.

Segundo informações da página do governo do Canadá na internet¹⁴, a Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) foi fundada em 1968, com o objetivo de gerenciar parte dos programas de ajuda do governo canadense, dando maior ênfase aos países menos desenvolvidos da África, Ásia e Américas. A agência canadense entende que, para haver paz e estabilidade política no mundo, é necessário melhorar as condições dos países em desenvolvimento.

Dentre as propostas de auxílio oferecidas pela agência canadense, estão àquelas voltadas para a mulher, pois,

O Canadá acredita que um país não pode ter esperança de prosperar se a sua população feminina é negligenciada. [...] O governo canadense apoia projetos desenvolvidos por e destinados às mulheres, em especial no que se refere às organizações de origem popular. O objetivo é dar às mulheres poderes de construir

¹⁴ Para consulta: http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/developpement-development.aspx?lang=por

uma vida melhor e participar do processo de desenvolvimento. (CANADÁ, 2013).

Segundo informações apresentadas pelo governo brasileiro, no *site* oficial do Programa Mulheres Mil, como a agência canadense aposta em projetos que tenham como foco a mulher, a parceria com o estado do Rio Grande do Norte deu tão certo que originou o programa, ainda como projeto piloto no ano de 2007, em estados das regiões Norte e Nordeste do país.

Quanto aos estados que fizeram parte deste projeto piloto, há uma divergência de informações concernentes à quantidade de estados participantes. A primeira informação diz que o projeto foi implantado em treze¹⁵ estados das regiões Norte e Nordeste, esta informação está presente nos seguintes documentos: “Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2011d); no documento “Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos para inclusão” (BRASIL, 2011); na Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011 (BRASIL, 2011e) e também no “Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito” (BRASIL, [201-]). Na página oficial do MEC¹⁶, bem como na página oficial do Programa Mulheres Mil¹⁷ onde constam informações referentes ao projeto piloto, os dados são de que o projeto foi inicialmente implantado em doze estados¹⁸. Iremos considerar a quantidade de treze estados como participantes do projeto piloto, ponderando que esta informação é a que consta na maioria das fontes consultadas (todas oficiais), e em algumas destas fontes consta a relação dos cursos ofertados nos respectivos estados.

Os cursos ofertados no período de execução do projeto piloto foram direcionados para a área de trabalhos manuais/domésticos, com exceção do estado de Roraima que ofertou curso para elevação da escolaridade de reeducandas. Os cursos de cada estado serão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Cursos ofertados no projeto piloto do Programa Mulheres Mil

¹⁵ Os treze estados foram: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins.

¹⁶ Portal MEC:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602

¹⁷ Portal Mulheres Mil: <http://mulheresmil.mec.gov.br/cooperacao-brasil-canada>

¹⁸ Os doze estados foram: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Estados	Título do Projeto	Área de desenvolvimento
Alagoas	O doce sabor de ser	Venda e preparo de alimentos
Amazonas	Transformação, cidadania e renda	Formação de camareira
Bahia	Um tour em novos horizontes	Camareira e cuidador domiciliar
Ceará	Mulheres de Fortaleza	Camareira, manipulador de alimentos
Maranhão	Alimento da inclusão	Congelamento e manipulação de alimentos
Paraíba	Desenvolvimento comunitário	Artesanato e pesca
Pernambuco	Culinária solidária	Qualificação na área de alimentos
Piauí	Vestindo a cidadania	Moda e confecção
Rio Grande do Norte	Casa da Tilápia	Beneficiamento do couro da Tilápia (artesanato, confecção e vestuário)
Rondônia	Biojoias – Rede de vida	Artesanato e biojoias
Roraima	Inclusão com educação	Elevação da escolaridade de reeducandas
Sergipe	Do lixo à cidadania e pescado à cidadania	Artesanato com recicláveis e mariscos e arte culinária
Tocantins	Cidadania pela arte	Elevação de escolaridade na área de artesanato, corte e costura e alimentos

FONTE: Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão (BRASIL, 2011) – Elaboração própria.

Antes de continuarmos apresentando informações referentes ao programa, gostaríamos de tecer alguns comentários a respeito das informações apresentadas na tabela acima. São informações dos projetos desenvolvidos quando o Programa Mulheres Mil ainda era um projeto piloto, mas que já apresentava a mesma proposta atual, que de acordo com informações presentes nos documentos do Programa, visa promover igualdade de gênero, autonomia das mulheres, elevação de escolaridade, entre outras melhorias decorrentes das ações principais.

Tomamos como exemplo os cursos oferecidos em Alagoas, Maranhão e Pernambuco que ofereceram formação no preparo e venda de alimentos, a formação ofertada é motivo para indagarmos se os objetivos propostos pelo Programa Mulheres Mil podem ser atingidos com a oferta de cursos como estes que reforçam a divisão sexual do trabalho, em que às mulheres são destinados trabalhos

considerados próprios de mulher, como atividades de cuidados, principalmente atividades domésticas.

Podemos destacar ainda os títulos dos projetos, como por exemplo, “O doce sabor de ser” de Alagoas, **o doce sabor** desperta o sentimento de algo bom, gostoso, que está muito próximo da relação familiar, apelando para o sentimento materno. Ainda sobre este mesmo projeto destacamos o título completo “**o doce sabor de ser**”, ainda mais apelativo ao sentimento maternal, pois pode estar significando justamente o doce sabor de ser mãe, ou seja, aquela que alimenta sua família, e como é **doce o sabor de ser** mãe.

Outros projetos que gostaríamos de destacar são do Maranhão e de Pernambuco, respectivamente com os títulos “Alimentos da inclusão” e “Culinária Solidária”, que também trazem o mesmo sentimento de família, da mãe que ajuda a todos, que acolhe “todo mundo”, ou seja, traz à tona o pré-construído, “coração de mãe sempre cabe mais um”, o termo “solidária” desperta ainda a questão do voluntariado, de ser solidário com o próximo.

Elencamos acima apenas três dos cursos ofertados somente para exemplificar, mas todos, com exceção de um, foram voltados para o que pode ser chamado de “trabalho de mulher”, isto é, o trabalho realizado na esfera doméstica. Diante disso, nos questionamos se estes cursos são capazes de mudar o papel que as mulheres desempenham historicamente, haja vista que eles reforçam a divisão sexual do trabalho.

A justificativa para a criação do Programa Mulheres Mil, segundo a Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011 (BRASIL, 2011d, p.3), é de que ele “surge como uma possibilidade de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano”.

Conforme expresso no portal do Programa, o projeto piloto foi direcionado para as mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste, e teve como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mil mulheres até 2010. (BRASIL, 2008). Essa quantidade de mulheres que deveriam ser formadas pelo Programa (mil mulheres) tem a ver com a denominação dada ao então projeto que virou “Programa Mulheres Mil”. Também não podemos deixar de considerar que o título materializa um discurso de elogio às mulheres, no sentido de fazer com que elas se sintam importantes, pois traz à tona o discurso que utilizamos quando

queremos elogiar alguém. Quando, por exemplo, dizemos que uma pessoa é “nota mil”.

Mas por que um projeto desenvolvido especificamente nas regiões Norte e Nordeste? Qual o diferencial dessas regiões em relação ao restante do país? O titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), Eliezer Pacheco explicou que,

O Mulheres Mil começou como um projeto voltado para as mulheres do Norte e Nordeste, porque nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país, e também porque naquele momento não tinha como estendê-lo a todo território nacional. (BRASIL, 2011, p. 6)

O Programa Mulheres Mil foi instituído em 21 de julho de 2011, por meio da Portaria¹⁹ nº 1.015 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38 (BRASIL, 2011a), visando à “[...] formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2011a, p. 1), atendendo ao compromisso do país na defesa pela igualdade de gênero e com intento de diminuir desigualdades sociais e econômicas de populações marginalizadas. (BRASIL, 2011e). O Programa “está estruturado em três eixos – educação, cidadania e desenvolvimento sustentável – e busca possibilitar o acesso, [...] de mulheres historicamente em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à educação profissional e tecnológica.” (BRASIL, 2014, p. 4).

No momento em que foi criado, conforme portaria (citada a cima) que institui o programa, o mesmo poderia ser ofertado prioritariamente pelas instituições públicas (federais, estaduais e municipais) podendo se estender a entidades privadas como do “Sistema S²⁰” e entidades sem fins lucrativos. Porém, conforme

¹⁹ Portaria disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf >. Acesso em: 27 de jun. de 2016.

²⁰ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Informação presente no site do Senado Federal: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 02 de nov. de 2016.

informações da página do MEC, o Programa Mulheres Mil atualmente é executado pelas unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica²¹. (BRASIL, [201-?]).

Conforme documentos oficiais do Programa Mulheres Mil, o público alvo são mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, com baixa escolaridade (BRASIL, 2011a, 2011d, [201-]); (ROSA, 2011), estas mulheres deveriam ser maiores de 18 anos (2011d). Contudo, a partir do momento em que o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o acesso ao programa passou a destinar-se a:

[...] mulheres de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada²² e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM. (BRASIL, 2014, p. 6).

Para atender a estas mulheres, o Programa Mulheres Mil “[...] apresenta uma metodologia desenvolvida para acolher mulheres que se encontram em diversos contextos sociais de marginalização e vulnerabilidade social e incluí-las no processo educacional e no mundo do trabalho” (BRASIL, 2011e p. 2). Esta metodologia é designada “Sistema de Acesso, Permanência e Êxito”, que tem origem nas experiências do Canadá, cujo sistema é denominado ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia), que reconhece os saberes adquiridos ao longo da vida. O modelo brasileiro além desse reconhecimento também visa à elevação da escolaridade, mobilidade no mundo do trabalho além de acompanhar os impactos gerados na família e comunidade das egressas, privilegiando também temas transversais como autoestima, saúde, empreendedorismo, exercício da cidadania, etc. (BRASIL, 2011d; BRASIL, 2014; BRASIL, [201-]).

Conforme Guia Metodológico do “Sistema de Acesso, Permanência e Êxito” (BRASIL, [201-], p. 4), “o acesso à instituição passa a ser concebido como um instrumento de inclusão”. Para que este acesso à instituição aconteça, é necessário

²¹ As informações sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica podem ser acessadas no seguinte endereço: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>

²² Conforme Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil, “No caso de escolaridade inadequada ao perfil do curso, a interessada deverá ser encaminhada a ações de complementação de escolaridade, para que possa usufruir das oportunidades de formação e qualificação profissional.” (BRASIL, 2014, p.6).

que o município interessado realize adesão ao PRONATEC/BSM Mulheres Mil.(BRASIL, 2014).

Em âmbito municipal, deve-se pactuar a oferta de vagas e cursos com as Instituições ofertantes, ou seja, com os Institutos Federais e as Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, seguindo a Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito. (BRASIL, 2014, p. 10).

Os municípios selecionam os territórios com maior vulnerabilidade social e extrema pobreza, as Instituições Ofertantes realizam diagnóstico do território no sentido de identificar a demanda local, e lançar edital de acordo com tais necessidades. (BRASIL, 2014). A partir de então, as mulheres interessadas serão selecionadas através da avaliação de documentos, questionário sócio econômico e entrevista. (BRASIL, [201-]).

Conforme já mencionamos, a proposta do Programa Mulheres Mil é considerar os conhecimentos adquiridos pelas educandas ao longo da vida. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos: questionário, entrevista, mapa da vida²³ e portfólio²⁴. A aplicação do questionário e a entrevista acontecem já na ocasião da inscrição. O mapa da vida e o portfólio são desenvolvidos no decorrer da formação. Todo meio de comprovação de experiências, conhecimentos e “competências adquiridos previamente, serão anexados ao portfólio, [...] compondo e construindo o itinerário formativo das mulheres” (BRASIL, [201-], p. 17).

Como já foi mencionado, o Programa Mulheres Mil considera os conhecimentos prévios das educandas, principalmente no que diz respeito às aptidões necessárias para o ingresso nos cursos ofertados. Porém, parte das educandas não possui escolarização adequada para o acompanhamento do curso, “uma vez identificado esse tipo de dificuldade, é importante que a Equipe

²³ O mapa da vida deve ser aplicado nas primeiras aulas, com muito cuidado, preparado pela equipe multidisciplinar, especialmente pelas psicólogas e assistentes sociais. [...] É uma ferramenta no processo de construção do Programa Mulheres Mil e objetiva criar oportunidade e ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e então devidamente registradas, validadas e valorizadas. [...] A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas. (BRASIL, [201-], p. 13 e 14).

²⁴ É um documento que congrega informações, descreve os conhecimentos, habilidades, competências (aprendizado), incluindo a documentação formal e informal. É desenvolvido para avaliar e certificar aprendizados prévios e poderão ser utilizados como crédito a um curso, programa, trabalho, carreira ou outro propósito. Poderá, ainda, ser apresentado a um empregador em potencial como subsídio para certo trabalho. (BRASIL, [201-], p. 15).

Multidisciplinar busque estratégias didático-pedagógicas e de reforço escolar personalizado que reduzam essa dificuldade inicial.” (BRASIL, 2014, p. 18).

Esta ação de identificar as dificuldades das educandas e buscar solução para tal problema faz parte do processo de Permanência e Êxito. A equipe multidisciplinar da instituição ofertante do curso, juntamente com o município realizam reuniões de avaliação no sentido de solucionar as demandas a fim de evitar evasão. (idem).

Dentre as dificuldades existentes que podem resultar em evasão, a “Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil” apresenta as seguintes: “Dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares, dificuldade de se inserir na cultura institucional dos ofertantes e dificuldade de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos” (BRASIL, 2014, p.18). Ainda conforme a cartilha,

Para enfrentar essas dificuldades, além das políticas de Assistência Social, é importante que outras políticas públicas de educação e de saúde sejam articuladas ao longo desse acompanhamento, tais como: Brasil Carinhoso; Brasil Alfabetizado; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA; Brasil Sorridente; Olhar Brasil e Atenção Básica de Saúde nos Postos de Saúde da Família. (idem, p.18, 19).

Ou seja, a equipe da instituição ofertante do Programa Mulheres Mil identifica as necessidades das educandas, e as encaminha para receberem assistência através de outros programas que são direcionados para necessidades específicas, desta forma pretende-se evitar possíveis evasões nos cursos do Programa.

Para fechar o ciclo de “Acesso, Permanência e Êxito”, é necessário que o Programa Mulheres Mil consiga incluir as mulheres de maneira produtiva, conforme estratégia do Plano Brasil Sem Miséria que se baseia na promoção do acesso ao emprego, empreendedorismo individual e trabalho associativo, e isto se concretizaria através de Microcrédito Produtivo Orientado; Economia Popular e Solidária e Intermediação de mão de obra²⁵ (BRASIL, 2014).

O Plano Brasil Sem Miséria, do qual o Programa Mulheres Mil é integrante, foi instituído em 2 de junho de 2011, através de Decreto de nº 7.492, ficando estabelecido que o plano destina-se à população em situação de extrema pobreza.

²⁵ Para saber um pouco mais sobre cada uma destas formas de inclusão produtiva, consultar a Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2015.

Na época em que foi instituído considerava-se situação de extrema pobreza a população que possuía renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais). Atualmente para gozar dos benefícios do Plano a população deverá realizar inscrição no “Cadastro Único Para Programas Sociais do Governo Federal” (Cadastro Único)²⁶. Para isso, é pré-requisito que a família possua renda *per capita* de até meio salário mínimo, ou que a renda familiar mensal não ultrapasse três salários mínimos.

Sendo uma proposta destinada à população em situação de extrema pobreza, no artigo 4º do Plano Brasil Sem Miséria são apresentados os objetivos que visam minimizar esta situação:

- I – elevar a renda familiar **per capita** da população em situação de extrema pobreza;
- II – ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos; e
- III – propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva. (BRASIL, 2011b, grifo do autor).

O objetivo central do Plano Brasil Sem Miséria é superar a extrema pobreza, deixando claro que a pobreza não se resume somente à questão de renda; outros fatores como acesso à água, energia, saúde educação, qualificação profissional, inserção no mundo do trabalho, são algumas dimensões de manifestação de pobreza (BRASIL, 2015). Para melhor promoção de suas ações, o plano BSM possui eixos de atuação que são apresentados a seguir:

- Garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;
- Acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias;
- Inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade. (BRASIL, 2011b).

Em cada eixo de atuação, são desenvolvidas ações que possibilitem alcançar os objetivos do Plano, e o Programa Mulheres Mil é uma das estratégias utilizadas para possibilitar o desenvolvimento dos eixos de atuação do BSM, tendo maior enquadramento no eixo de “inclusão produtiva”, tendo em vista que segundo

²⁶ Maiores esclarecimentos consultar site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>

informações do Portal do Ministério da Educação (MEC) (201?-)-²⁷, o Programa Mulheres Mil é um programa que visa “promover a inclusão social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade”, bem como busca “promover a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania”.

No intuito de facilitar as ações do Plano Brasil Sem Miséria juntamente com o Programa Mulheres Mil,

No início de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). (BRASIL, 2014, p.4).

Como o Programa Mulheres Mil busca ofertar educação profissional e tecnológica às suas beneficiárias no intuito de gerar emprego e renda, a parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego²⁸ (PRONATEC) foi de grande importância, tendo em vista que um de seus objetivos é “estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.” (BRASIL, 2011c).

Esta ação de articulação entre programas de abrangência nacional numa parceria entre governo federal, estados e municípios visa atingir metas, que são estabelecidas em parceria com outros países como resultado de uma política externa. É o que podemos confirmar através do trecho a seguir, retirado do documento descritivo do Programa Mulheres Mil.

O Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do Projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – Promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos Chefes de Estado e Governos dos países membros em dezembro de 2010. (BRASIL, 2011d, p. 1).

²⁷ Para mais informações acessar o portal do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602 >

²⁸ Para maiores informações acessar o portal do Ministério da Educação:<<http://portal.mec.gov.br/pronatec/o-que-e> >

Conforme informações do livro “Mulheres Mil: do sonho a realidade”²⁹, publicado pelo Ministério da Educação, o Programa Mulheres Mil possibilitou um avanço no sentido de honrar alguns dos compromissos assumidos pelo Brasil, pois,

[...] contribuiu para a construção de um país mais justo e igualitário e para o alcance das *Metas do Milênio*, promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovadas por 191 países que se comprometeram com a promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, a erradicação da extrema pobreza e a garantia da sustentabilidade ambiental. (ROSA, 2011, p. 10, grifo do autor).

Segundo informações apresentadas pelo Programa Mulheres Mil, ele não é uma proposta isolada, descontextualizada, que visa unicamente melhorar a qualidade de vida de mulheres de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, é muito mais, faz parte de um projeto político maior, que “contribuiu para a construção de um país mais justo e igualitário”.

Isso demonstra que o Programa Mulheres Mil faz parte de um movimento existente em prol do desenvolvimento de Políticas Públicas que possam contribuir para o cumprimento de acordos que são firmados com órgãos internacionais, ou seja, o programa é uma das estratégias utilizadas para que o país cumpra parte do que foi estabelecido nestes acordos.

Dentre os acordos firmados citamos as Metas do Milênio e as Metas Educativas 2021³⁰, esta última teve sua versão final publicada em 2010, mas seu desenvolvimento inicial se deu a partir da XVIII Conferência Ibero-Americana de Educação, realizada em 19 de maio de 2008 (período em que foi elaborada uma primeira versão). De acordo com o texto da primeira versão,

Iniciou-se nessa Conferência um ambicioso projeto para refletir e acordar em 2010 um conjunto de metas e indicadores que impulsiona a educação de cada um dos países. O objetivo final é conseguir ao longo da próxima década uma educação que responda satisfatoriamente as demandas sociais inadiáveis: conseguir que mais alunos estudem, durante mais tempo, com uma oferta de qualidade reconhecida, equitativa e inclusiva e na qual participem a grande maioria das instituições e setores da sociedade. Existe, pois, a certeza de que a educação é a estratégia fundamental para avançar na coesão e na inclusão social. (ORGANIZAÇÃO DOS

²⁹ O livro Mulheres Mil: do sonho à realidade, traz a história de 27 mulheres que participaram do projeto piloto implantado nas regiões Norte e Nordeste. Maior detalhamento disponível em: < <http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-entrevistas/1676-mulheres-mil-do-sonho-a-realidade> >.

³⁰ Para maiores detalhes consultar o portal da Organização dos Estados Ibero-americanos: <http://www.oei.es/metas2021/index.php>.

ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2008, p. 3).

Esta primeira versão diz ainda que “[...] esse projeto há de ser um instrumento fundamental na luta contra a pobreza, na defesa dos direitos das mulheres e no apoio à inclusão dos mais desfavorecidos, especialmente as minorias étnicas, as populações originárias e os afrodescendentes”. (idem).

No que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)³¹, mais conhecidos como *Metas do Milênio* (já mencionadas anteriormente), os objetivos foram estabelecidos a partir de um Fórum realizado em setembro de 2000, momento em que 191 países firmaram compromisso e adotaram a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). Apresentamos a seguir os oito objetivos estabelecidos cujo prazo para cumprimento dos mesmos era 31 de dezembro de 2015.

- 1- Redução da pobreza;
- 2- Atingir o ensino básico universal;
- 3- Igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres;
- 4- Reduzir a mortalidade na infância;
- 5- Melhorar a saúde materna;
- 6- Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
- 7- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O Programa Mulheres Mil apresenta uma proposta que o enquadra como estratégia que visa possibilitar o alcance do que fica estabelecido nestes acordos internacionais. Tratando especificamente dos objetivos estabelecidos nas Metas do Milênio, a linha de atuação do Programa Mulheres Mil se aproxima principalmente dos objetivos 1 e 3, tendo em vista que a proposta do programa é promover a elevação da escolaridade das educandas, inserindo-as no mercado de trabalho, promover igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres.

Na próxima seção, com o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso buscaremos desvelar o discurso materializado no Programa Mulheres Mil.

³¹ Informações no portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm.aspx> >, acesso em: 18 de jul. de 2016. Também é possível acompanhar o desenvolvimento dos ODM no Brasil. Disponível em: < <http://www.portalodm.com.br> >, acesso em: 23 de jul. de 2016.

4 DESVELANDO O DISCURSO SOBRE AS MULHERES

Nas seções anteriores, discutimos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e na educação; apresentamos algumas questões relativas a gênero, patriarcado e feminismo; abordamos a conceituação de Políticas Públicas, delimitando as políticas de geração de renda e políticas de gênero e explicamos como ocorreu a criação do Programa Mulheres Mil.

Este percurso foi necessário para que chegássemos nesta seção com os elementos necessários para analisar o discurso do Programa Mulheres Mil. Realizaremos, inicialmente, a discussão de algumas categorias da AD e depois a análise das sequências discursivas selecionadas.

4.1 A Análise do Discurso e algumas de suas categorias

Lançamos mão do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux, cujo surgimento se deu na década de 1960 na França. Época marcada por diversos acontecimentos mundiais, como por exemplo, disputa de dois modelos econômicos (capitalismo e socialismo), aumento da desigualdade social, exploração de classe, entre outros. Esses acontecimentos influenciaram o campo epistemológico, e a linguística não ficou de fora das mudanças. Os estudos linguísticos passaram a considerar o caráter formal da linguística, atravessado pelo social, pela história e ideologia. (FLORENCIO et al, 2009). “A linguística começará de agora em diante a interessar-se realmente por problemas que não dizem mais respeito somente à frase, indo além dela ao referir-se à enunciação” (COURTINE, 2006, p.59 e 60).

A esse respeito, Florencio et al (2009, p. 21) esclarece que “a materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais. Essa relação indissociável entre língua e ideologia é o discurso”. Pois conforme Melo, 2009,

O discurso como objeto construído pela AD deve ser encarado como um processo que se dá sobre a língua, e o acontecimento lingüístico como um investimento ideológico do sujeito que se inscreve e se dispersa no discurso, enunciando e sendo enunciado, a partir do que

já foi dito e colocando a possibilidade, sobre o mesmo, de outros dizeres. (p.14)

Em nosso processo de análise não utilizaremos todas as categorias da AD Pêcheutiana. Elegemos aquelas que consideramos mais adequadas à nossa investigação, pois, conforme Orlandi (1999, p. 27) “uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais”. A primeira categoria eleita por nós é a categoria das Condições de Produção do Discurso (CPD), referente ao processo sócio histórico, de produção dos discursos pelos sujeitos. Conforme Orlandi (2006, p. 17),

As condições de produção incluem pois os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. [...] na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente.

As condições de produção amplas são aquelas situações que fazem parte de um contexto mais extenso que irá influenciar o espaço de surgimento do discurso, ou seja, influenciará nas condições estritas, que dizem respeito ao momento de formulação do discurso. Sendo assim, não se compreende o discurso separado da sua “exterioridade constitutiva” (ORLANDI, 1996), pois o que está em jogo na discussão da noção de Condições de Produção do Discurso (CPD) é a relação da língua com a história, o movimento do discurso.

Entendemos que o Brasil sempre sofre influência internacional firmando acordo com outros países, mas há momentos em que essa influência acontece com maior intensidade. Consideramos que em nossa pesquisa as condições de produção amplas dizem respeito a um desses momentos em que o Brasil sofre influências e firma acordos mais intensamente, principalmente voltados para educação, promoção da igualdade de gênero, como por exemplo, as “Metas Educativas 2021 - a educação que queremos para a geração do bicentenário”, documento elaborado por 20 países Iberoamericanos, no ano de 2009, tendo como base metas definidas em 2008, durante a XVIII Conferência Ibero-Americana de Educação. Este documento traz 11 metas e dentre elas a 2ª meta geral trata da garantia de igualdade educacional e superação de todas as formas de discriminação na educação, entre elas é citada a questão do gênero - e as “Metas do Milênio” promulgadas pela

Organização das Nações Unidas (ONU), que apresentam entre suas metas a promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, a erradicação da extrema pobreza. O Programa Mulheres Mil surge no contexto das políticas públicas que têm como objetivo atender ao que foi estabelecido nestes acordos.

Em nossa pesquisa ponderamos que as condições de produção estritas iniciam no primeiro mandato do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, pois foi um mandato marcado por iniciativas voltadas para a assistência social, com programas direcionados para a população carente economicamente, programas como o “Fome Zero”, “Bolsa Família” e “Primeiro Emprego”. O governo Lula também inicia com criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, o que pressupõe ampliação de políticas públicas para mulheres. O mandato do presidente Lula também foi o momento em que surgiu o Programa Mulheres Mil como projeto piloto em 2007.

Dentre as iniciativas voltadas especificamente para as mulheres no governo Lula, podemos citar o surgimento da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que resultou no I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, posteriormente aconteceram a II e a III Conferência, resultando no II e III Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

O mandato da presidenta Dilma Rousseff também faz parte das condições de produção estritas, tendo em vista que seu mandato seguiu em parte a política de assistência social de seu antecessor, e, principalmente, porque foi no início de seu mandato que o Programa Mulheres Mil foi instituído. As condições de produção amplas e estritas do discurso que analisamos inscrevem-se numa sociedade capitalista, marcada pela Ideologia Neoliberal.

Ao tratar das CPD não devemos desconsiderar a sua imbricação com a Formação Ideológica (FI), sendo assim,

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de *classes* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.166, grifos do autor).

Ainda a respeito de FI, Amaral (2005, p. 43) contribui para entendimento desta categoria:

As formações ideológicas, pois, são expressões da conjuntura de uma formação social; elas se põem historicamente, de formas diferentes e em diferentes momentos históricos, acompanhando o processo de complexificação da sociedade e com ele, também, se modificando.

Em nossa pesquisa, observamos a presença da Formação Ideológica Neoliberal (FIN), que se constitui a partir de elementos de saber do neoliberalismo que conforme Harvey (2005) propõe que sejam liberadas as capacidades e liberdades de empreender individualmente, ou seja, transfere para os indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso.

Seguindo esse princípio neoliberal, se o Estado disponibiliza um curso gratuito de formação prática, ele está cumprindo com “seu papel”, oportunizando a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mesmo que informal, mas elas vão constar na planilha do PEA³² do IBGE, e isso contribui para a elevação do status de país com desenvolvimento econômico. Entendemos que esta oportunidade pode até ser um começo, mas não a garantia de sustento para elas e suas famílias, nem tão pouco, a garantia de seu progresso econômico e intelectual.

As Formações Ideológicas se manifestam por meio das Formações Discursivas (FD) intervindo nas relações e na prática social (AMARAL, 2005), ou seja, as FI são representadas pelas FD e “cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas.” (BRANDÃO, 1998, p.90). Trazemos então a definição de FD apresentada por Pêcheux (2009, p. 147):

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa *formação ideológica* dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). (grifos do autor).

As palavras e expressões possuem sentidos a partir da formação discursiva na qual são produzidas, dessa forma uma mesma palavra pode apresentar sentidos

³² De acordo com definição de conceitos do IBGE, População Economicamente Ativa (PEA) - é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 19/08/2017.

diferentes, assim como diferentes palavras podem apresentar o mesmo sentido, tudo vai depender da FD que as constitui (PÊCHEUX, 2009).

Entendemos que os discursos sobre o papel das mulheres presente no discurso do Programa Mulheres Mil, inscrevem-se na Formação Discursiva do Mercado (FDM):

A Formação Discursiva do Mercado se define como um lugar de encontro entre elementos de saber já sedimentados; ou seja, elementos pré-construídos, produzidos em outros discursos, que são convocados no interior dessa formação discursiva, quer seja para serem confirmados, quer seja para serem negados, mas sempre para organizar os discursos que a representam; [...] Os elementos de saber da Formação Discursiva do Mercado estão ancorados em fundamentos da formação ideológica capitalista que consideram que para a felicidade e a liberdade do homem só existe um caminho: seguir as determinações do mercado. (AMARAL, 2005, p. 137 e 138).

Amaral (2005) assinala ainda que:

[...] o mercado se constitui em uma particularidade reguladora da relação capital/trabalho. Por se constituir nessa sociedade como dominante, o mercado se reveste de uma “universalidade” que anula e oculta a realidade dos conflitos entre as classes. Mas, paradoxalmente, ele se propõe a negar a universalidade da qual é originário; quer negar uma universalidade que, como efeito ideológico produzido pela lógica capitalista, *simula evidências de unicidade, de igualdade, de homogeneidade* em uma sociedade que se sustenta na relação que essas evidências mantêm com seus contrários, a fragmentação, a diferença, a heterogeneidade. (AMARAL, p. 138 e 139, grifo nosso).

Isto significa que o mercado se apresenta como o salvador, como justo, que proporciona as mesmas oportunidades a todos, e é essa ideia que se propaga quanto à participação das mulheres no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, ou seja, todos têm as mesmas chances. No caso específico que analisamos, o acesso ao Programa Mulheres Mil é defendido como uma forma de inserir-se no mercado, conseqüentemente com poder de compra, de disputa por poder e mudança da condição social.

Em nossa pesquisa, identificamos também a Formação Discursiva Patriarcal (FDP), que apresenta elementos de saber do patriarcado. Embora não haja um consenso a respeito de seu conceito, Safiotti (1987, p. 50) aponta que “pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração”.

Ainda segundo Saffioti (1987), a dominação diz respeito à política e ideologia, e a exploração diz respeito ao âmbito econômico.

Podemos utilizar como exemplo a questão do direito ao voto, adquirido tão tardiamente pelas mulheres, em virtude da dominação política e ideológica do patriarcado. No entanto, apesar de conquistas políticas e ideológicas as mulheres são exploradas, quer seja por atuarem na mesma função que os homens e receber salário inferior, quer seja, por submissão domiciliar quando o marido “autoriza” que ela trabalhe fora de casa, mas não pode deixar de fazer todas as atividades domésticas, além de contribuir para o sustento da família.

Para analisar o discurso do Programa Mulheres Mil foi necessário constituir um *corpus discursivo*, que é definido por Courtine (2009, p. 54),

[...] como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. (grifo do autor).

Nosso *corpus* discursivo é constituído de sequências discursivas extraídas de documentos próprios do Programa Mulheres Mil, quais sejam:

- Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília: 2011;
- Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011;
- Chamada Pública MEC/SETEC 02/2012;
- Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília: [201-].

Além das sequências discursivas extraídas dos documentos citados anteriormente, recorreremos também ao III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013, do qual selecionamos duas sequências discursivas. Não pudemos também dispensar uma sequência discursiva retirada do pronunciamento do então Ministro da Educação Aloízio Mercadante, publicada no Portal Brasil 2012.

A constituição do *corpus* discursivo de nosso trabalho visa responder as seguintes questões: quais os sentidos produzidos pelo discurso do Programa Mulheres Mil? A educação/formação ofertada no Programa Mulheres Mil possibilita a

estas mulheres estarem em lugares na sociedade que anteriormente não poderiam ou não ocupariam? A resposta a estes questionamentos visa contribuir para uma reflexão acerca do papel da mulher no âmbito do referido programa. No próximo item o processo de análise acontece de maneira mais intensa.

4.2 Programa Mulheres Mil: um sinônimo de conquistas?

Neste item daremos início ao processo de análise das sequências discursivas selecionadas. Agrupamos as sequências discursivas de acordo com os objetivos de nossa pesquisa.

SD 1 - O Projeto Mulheres Mil foi desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro em torno da **redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas** e do **compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero. Estruturado em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. (Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011. 2011e, p. 1.)**

Nossa primeira sequência discursiva é uma contextualização do Programa Mulheres Mil, que integra a Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011, que convoca os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a apresentarem propostas de adesão ao programa. A sequência aponta explicitamente que o programa foi projetado a partir da diretiva de “**redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas**”, fato que nos faz pensar: porque um programa para mulheres para atingir tal objetivo? Isso demonstra que dentre a população marginalizada podemos encontrar um número maior de mulheres, o que é reflexo da condição de vida delas, pois, como apresentamos na Seção 1, as mulheres de modo geral não possuem as mesmas oportunidades de trabalho que os homens, na maioria das vezes ocupam cargos de menor prestígio, conseqüentemente com menores salários.

O discurso desta sequência também aponta que o programa foi desenvolvido no intuito de atender ao “**compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero**”, o que pressupõe que existe uma desigualdade de gênero, e estamos

falando de uma desigualdade significativa que chama a atenção para a necessidade de que seja feito algo para reduzi-la.

Ainda nesta sequência vimos que o programa está **“estruturado em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável”**, nos fazendo questionar: que tipo de educação é ofertado a estas mulheres?

Em nossa investigação pudemos constatar que a educação ofertada é aquela que propicia adquirir conhecimentos aligeirados, em cursos profissionalizantes, que em sua maioria são cursos que ao invés de promover a igualdade de gênero, contribuem para reforçar os estereótipos sobre as ocupações que devem ser destinadas às mulheres, tendo em vista que a maioria dos cursos oferta uma formação em áreas que são consideradas “naturalmente” femininas, ou seja, são cursos de culinária, camareira, confecção de bijuterias, etc. No Programa Mulheres Mil a ideia de cidadania é a de pessoas que geram renda para o país, quem tem obrigações com o desenvolvimento do país.

Quanto ao eixo desenvolvimento sustentável, entendemos que ele está ligado à questão de desenvolvimento e consumo consciente, que é uma forma de promover o desenvolvimento sem comprometer os recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Uma das maneiras de colocar isso em prática é o aumento da reutilização e da reciclagem, atividades presentes em alguns cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil. Esse Programa se utiliza desse discurso do “politicamente correto” como uma forma de aceitação, ao mesmo tempo em que também é utilizado para engrandecer o tipo de formação ofertada as mulheres, fazendo com que elas se sintam importantes por estarem desenvolvendo uma atividade sustentável.

Norteadado pela Formação Ideológica Neoliberal, o discurso produz sentidos de responsabilização dos indivíduos, pois estes são “chamados” a fazerem a “sua” parte, ou seja, a serem empreendedores, serem donos de seus destinos, não dependendo do Estado para seu sucesso, deixando este isento de responsabilidade para com o sucesso financeiro destas mulheres e suas famílias.

O discurso do Programa Mulheres Mil também aponta que a formação ofertada por ele contribui para diminuição de problemas sociais e erradicação da miséria, como veremos na próxima sequência.

SD 2 - Para a oferta desses cursos [cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil], os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aplicarão a metodologia Mulheres Mil – Sistema de Acesso, Permanência e Êxito –, como forma de **promover o seu desenvolvimento educacional, social e econômico, contribuindo para o atendimento das políticas de gênero, de equidade, de inclusão e de ações afirmativas, em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da miséria no país. (Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011. 2011e, p. 2.).**

Nesta segunda sequência, é enunciado que o Programa Mulheres Mil visa **“promover o desenvolvimento educacional, social e econômico”** das mulheres participantes, mas o que seria esta promoção? Tendo em vista vivermos num momento em que a educação é uma exigência cada vez maior, não estamos mais no tempo em que bastava saber ler, escrever e realizar operações aritméticas básicas, como no tempo do “mestre-escola”³³, muito pelo contrário, o mercado de trabalho está sempre exigindo muito mais de nossa formação.

Diante disso consideramos que o discurso materializado na SD 2, ao associar o desenvolvimento da metodologia Mulheres Mil – Sistema de Acesso, Permanência e Êxito ao desenvolvimento educacional, social e econômico, produz um efeito simplificador, tendo em vista que promover o desenvolvimento educacional, social e econômico, é algo complexo, que não se consegue apenas com um programa de caráter assistencialista. O que para nós evidencia que a intenção não é promover o desenvolvimento, mas uma melhoria na condição de vida dessas mulheres, para redução da extrema pobreza, contribuindo para que o país possa alcançar suas metas. Ou seja, o discurso produz sentidos de que o Programa vai contribuir para os processos de inclusão e de diminuição dos problemas sociais, norteado por uma Formação Discursiva Assistencialista. Assim, a participação no programa pode contribuir para que as mulheres melhorem um pouco sua condição financeira, mas elas permanecem em seu lugar social, enquanto subalternizadas. Discutindo políticas sociais, Yazbek (2006, p. 17-18) afirma:

³³ Fazemos aqui, referência ao texto de VILELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Gneve.(org.).500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

A categoria *subalterno*, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, foi escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais, [...]. A subalternidade diz respeito a ausência “de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção” (Almeida, B, 1990: 35). A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política.

Nessa perspectiva, os programas sociais, a exemplo do Programa Mulheres Mil contribuem para a administração da desigualdade contribuindo para manter o padrão de dominação e de clientelismo do Estado brasileiro. A esse respeito é elucidativo recorrer a Yazbek (2006, p. 21-22):

[...] Evidencia-se assim outra face dos programas socioassistenciais: se a administração da desigualdade é a ótica da ação estatal, para as classes subalternizadas e excluídas a assistência, os serviços sociais em geral, se colocam como modalidade de acesso a recursos sociais e é assim que se apresentam como reivindicação básica de movimentos dos subalternos em seu processo de luta por direitos sociais. O social torna-se campo de lutas e de manifestação dos espoliados, o que não significa uma ruptura com o padrão de dominação e de clientelismo do Estado brasileiro no trato com a questão social. A incorporação das demandas dos subalternos, que ainda conformam políticas sociais, põe em questão até que ponto essas políticas são ou não funcionais aos interesses da população: “Neste tipo de relação Estado/sociedade caracteriza-se a força do Estado frente a uma sociedade pobre, debilitada, mantida em uma condição de alienação” (SPOSATI *et alii*, 1985: 22). *Trata-se de uma relação que, sob a aparência da inclusão, reitera a exclusão, pois inclui de forma subalternizada, e oferece como bem-estar o que é na verdade direito.* [grifo nosso].

Entendemos que o discurso do Programa Mulheres Mil visa à produção de efeitos de sentido de inclusão e desenvolvimento social e econômico. O programa configurasse enquanto política assistencialista que “oferece como bem-estar o que é na verdade direito” (idem).

Na SD 2 é enunciado que o programa visa promover o desenvolvimento educacional, social e econômico [...] “em favor da diminuição dos problemas sociais e da erradicação da miséria no país”. Identificamos, então, a presença de um

discurso que remete aos acordos estabelecidos pelo Brasil com organismos internacionais. Conforme Orlandi (1998, p. 12, apud. Amaral, 2005, p. 47),

O interdiscurso se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que firmam em seu conjunto o domínio de memória (do saber discursivo); esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Assim, o discurso da SD 2 aciona a memória dos acordos estabelecidos com organismos internacionais. No âmbito desses acordos, faz-se necessário cumprir metas definidas, voltadas para a erradicação da miséria e a promoção do desenvolvimento a partir de um padrão previamente definido. O Programa Mulheres Mil surge principalmente para atender a uma necessidade do Estado, pois ele precisa cumprir tais acordos.

Gostaríamos também de destacar que o discurso do programa se apresenta como uma proposta para favorecer a diminuição dos problemas sociais e erradicação da miséria no país, o que consideramos ilusório ou falacioso, tendo em vista que um programa de geração de renda que oferece uma formação aligeirada para as mulheres, não tenha condições de trazer tamanha contribuição para um problema tão complexo.

Segundo o discurso do Programa Mulheres Mil, as mulheres estão cada vez mais presentes na chefia das famílias, o que é considerado um fato relevante para que o Programa seja direcionado para elas.

SD 3 - A opção pelo recorte de gênero [Esta opção diz respeito ao Programa Mulheres Mil] **dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades**, assumindo a chefia das suas famílias, e que **são responsáveis** não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também **pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País.** (p. 5). (Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. Brasília: 2011d.)

A SD3, que é parte da justificativa do programa, enuncia que o “**recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na**

sociedade e em suas comunidades”, isso nos dá indícios de que foi algo realizado por falta de opção, ou seja, como as mulheres estão cada vez mais “ampliando o seu papel na sociedade”, ainda que não seja nas mesmas condições que os homens, as mulheres tem conseguido aumentar a participação em espaços anteriormente ocupados somente por eles, como por exemplo, na área da educação, mercado de trabalho e política, então, como as mulheres estão “impondo” sua presença, algo precisa ser feito para que essas mulheres possam contribuir com a sociedade. Esse discurso, aciona uma memória discursiva referente ao período de feminização do magistério, momento em que as mulheres também estavam “ampliando seu papel na sociedade”, atuando na instrução primária, algo que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, não somente porque os homens estavam abandonando esta função, mas também porque as mulheres estavam se impondo (ainda que sutilmente), lutando pelo seu espaço, e os governantes, por falta de opção cedem à presença feminina, ainda de maneira bem controlada por eles (homens), tendo em vista que se vivia e ainda vive-se em uma sociedade marcada pela ideologia patriarcal.

Quando, na SD 3 é enunciado que as mulheres são “**responsáveis pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família**”, o discurso dialoga com um pré-construído de que “cabe a mulher o cuidado com os membros da família”, ou seja, o lugar dela é cuidando do bem estar da família e, conseqüentemente, da sociedade da qual faz parte. Conforme Courtine (2009, p. 74),

O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma dada situação. Isso equivale dizer que se constitui, no seio de um FD, um *sujeito universal* que garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” [...]. (grifos do autor).

Algo presente nesta sequência discursiva além da defesa da ampliação da participação das mulheres em suas comunidades, é o fato de elas serem consideradas responsáveis pelo desenvolvimento de seus filhos e de seus familiares. A sequência aponta que este fato “**repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País**”. Identificamos aí o funcionamento

do interdiscurso, que “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 1999, p. 31).

O interdiscurso que identificamos nesta sequência aciona uma memória discursiva do início do Período Republicano e de feminização do magistério, momento em que as mulheres eram consideradas as mais indicadas para educar as futuras gerações. Portanto, a educação para a mulher só se justificava pelo fato de ela ser a primeira pessoa a fornecer educação para aqueles que seriam os futuros cidadãos (LOURO, 2009), ou seja, remete a um período em que a mulher era considerada importante para o desenvolvimento da Nação e era convocada a contribuir com os ideais republicanos.

Desse modo, as mulheres são significadas como aquelas que devem ser mães responsáveis por formar futuras gerações, recaindo ainda sobre elas a responsabilidade pelo desenvolvimento justo e igualitário do país. Sendo assim,

A função maternal concebida, historicamente, como responsável pela reprodução e pelo cuidado dos filhos nos primeiros anos de vida estende-se à função de ensinar valores e normas culturais, gestados no interior das sociedades patriarcais e reproduzidos sob o signo de um código linguístico e legal. Dirigidas e controladas por homens, essas sociedades exaltam as qualidades masculinas e um movimento contrário às qualidades femininas, excluindo-as dos grandes feitos sociais e neutralizando-as no espaço doméstico. (CHAMON, 2005, p. 86).

Na próxima sequência é enunciado que o Programa visa à promoção do crescimento humano das mulheres, articulando esse crescimento a promoção da cidadania.

SD 4 - [...] o Programa promove o **crescimento humano** dessas mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida (sociocultural e econômica), o que **umenta a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades**, na medida em que se **transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas. (Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito. Brasília: [201-], p. 4.)**

Na SD4 é enunciado que o programa promove o “**crescimento humano**” das mulheres, partindo do pressuposto de que as participantes necessitam de “crescimento humano”, e afirmando que o Estado está contribuindo, promovendo

“melhoria de suas condições de vida” . Segundo o enunciado na SD4, tal crescimento também **“aumenta a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades”**. Ou seja, o Estado promove “crescimento humano” destas mulheres, em contrapartida elas contribuem para a promoção de melhorias em suas comunidades, o que conseqüentemente contribui com o Estado.

No discurso desta sequência é possível perceber uma exaltação às mulheres, quando enuncia que elas podem contribuir com “a governança de suas comunidades”, produzindo sentidos que apontam para a importância dessas mulheres. Isso nos remete novamente ao período de feminização do magistério primário, momento no qual o discurso sobre a profissão docente norteador pela ideologia da maternagem e da vocação norteavam a atuação das professoras, produzindo sentidos que associavam a atuação delas ao trabalho abnegado, que contribuiria para a formação das futuras gerações. Sendo assim, elas deveriam ficar lisonjeadas por realizarem um trabalho tão importante.

Na SD 4 afirma-se que realizando o que está proposto no programa, as mulheres **“se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas”**. Identificamos uma relação com o discurso da SD 1, na qual é afirmado que o Projeto Mulheres Mil está [...] “estruturado em torno dos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável”. Quanto a questão de se tornarem emancipadas social e economicamente, também é parte de um discurso que visa produzir efeitos de sentido de emancipação das mulheres, associando tal emancipação a participação nos cursos ofertados pelo programa

Retomando o que apresentamos na análise da SD2, consideramos que um programa que oferece uma formação aligeirada não é capaz de promover tamanha transformação. Na sequência seguinte permanece essa ideia de que “formando” as mulheres elas poderão contribuir ainda mais com suas comunidades.

SD 5 - Se você forma uma mulher, você tem uma melhoria em cadeia da sociedade, porque a mulher bem formada tem por definição uma relação de passar tudo que ela tem de melhor para seus filhos. Então quando você forma bem uma mulher, você está formando bem uma comunidade, uma família, uma

cidade, um estado e um país. (BRASIL, 2012, grifo nosso). (Aloizio Mercadante, Ministro da Educação. PORTAL BRASIL.)

Nesta sequência discursiva quando o então Ministro da Educação diz que “**se você forma uma mulher, você tem uma melhoria em cadeia da sociedade**”, não podemos nos enganar acreditando que isto foi um elogio, que foi uma constatação de que as mulheres são capazes de exercer qualquer função. Esse discurso traz à tona a memória do tempo em que as mulheres eram as únicas responsáveis pela formação inicial de seus filhos.

Quando é enunciado que “**a mulher bem formada tem por definição uma relação de passar tudo que ela tem de melhor para seus filhos**”, questionamos: a mulher tem por “**definição**”, ou a mulher tem por obrigação? Entendemos que aqui se apresenta o funcionamento da Formação Discursiva Patriarcal, constituída por elementos de saber do Patriarcado que segundo Safiotti (1987) representa dominação e exploração, que diz respeito a política, ideologia e ao âmbito econômico. De modo que a SD 5 produz sentidos de que a responsabilidade pelos filhos/família é delegada às mulheres, que é esse o trabalho delas, que deve estar sempre voltada prioritariamente para o lar.

Mesmo o discurso do ministro produzindo sentidos de que a formação da mulher deve estar voltada para a melhoria da formação da família, não as exime de responsabilidades com o Estado, pois afirma: “**quando você forma bem uma mulher, você está formando bem uma comunidade, uma família, uma cidade, um estado e um país**”, produzindo sentidos que justificam a necessidade de formação da mulher em função da necessidade de contribuir para o desenvolvimento do país.

Identificamos na SD 5 uma concepção de formação da mulher que articula essa formação a uma melhoria da sociedade: “**Se você forma uma mulher, você tem uma melhoria em cadeia da sociedade**”[...]. É estabelecida uma relação de causa e efeito: “formar a mulher” terá necessariamente como efeito “uma melhoria em cadeia da sociedade”. Ela deverá, então, ser formada, não em função de suas aspirações pessoais, de suas necessidades, de seus interesses, mas para servir como instrumento para a melhoria da sociedade.

Na próxima sequência o discurso produzido afirma o caráter estratégico do Programa Mulheres Mil para o país.

SD 6 [...] Esse projeto [Programa Mulheres Mil] de formação e capacitação de mulheres é estratégico para um País como o nosso não só porque **as mulheres ocupam, na sociedade brasileira, um papel de destaque quando se trata da família e dos filhos**, mas também porque nós estamos em um processo de **assegurar e de garantir uma presença das mulheres na sociedade**. (BRASIL, 2012, grifo nosso). (Dilma Rousseff, Presidenta do Brasil, PORTAL BRASIL).

A então Presidenta Dilma Rousseff em agradecimento ao apoio do Canadá no desenvolvimento do Programa Mulheres Mil, diz que **“as mulheres ocupam, na sociedade brasileira, um papel de destaque quando se trata da família e dos filhos”**, esse discurso produz efeitos de sentido filiados a Formação Discursiva Patriarcal. Sentidos que fortalecem a ideologia da domesticidade e da maternagem, pois aciona uma memória discursiva que atribui às mulheres o papel de cuidar da família e dos filhos.

O discurso aponta também que o Programa Mulheres Mil é importante na capacitação de mulheres porque o país está em processo de **“assegurar e de garantir uma presença das mulheres na sociedade”**, nos fazendo indagar: por que o país está em processo de assegurar e de garantir uma presença das mulheres na sociedade? Seria para promover igualdade de gênero? Essa igualdade seria para beneficiar as mulheres? Faz-se necessário destacar que essas mulheres, são mulheres da chamada “classe subalterna”. O artigo indefinido “uma” nos dá pistas para entender que a presença que se busca “assegurar e garantir” é aquela condizente com o lugar que essa classe deve ocupar nesta sociedade capitalista e patriarcal, na qual são produzidos processos de “inclusão” condizentes com os interesses dominantes. Assim, faz-se necessário assegurar e garantir “uma presença” condizente com o lugar ocupado por essas mulheres nessa sociedade. Consideramos que a garantia da presença das mulheres na sociedade seja primeiramente para atender a uma exigência das conferências internacionais que apontam a necessidade de promover a igualdade de gênero.

Sendo assim, o Programa “é estratégico para um país como o nosso” cujo projeto de desenvolvimento econômico e social está subordinado às determinações dos organismos internacionais e, conseqüentemente, aos interesses do Capital.

SD 7 - Em síntese, o Programa pretende ampliar o atendimento, garantindo o direito à educação, **oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente**. Assim, **contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar os níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País**, com mais equidade e justiça social. (**Chamada Pública MEC/SETEC 02/2012**. 2012b.)

Nesta sequência discursiva é afirmado que o programa pretende proporcionar melhorias para as mulheres através de “**acesso ao trabalho decente**”. Essa afirmação sobre trabalho decente traz implícita a ideia de trabalho indecente. Conforme o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente³⁴,

Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o *trabalho adequadamente remunerado*, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; *eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação*); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (PLANO NACIONAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE, 2010, p. 11, grifo nosso).

Conforme apresenta o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, o trabalho decente é aquele remunerado adequadamente capaz de garantir uma vida digna e eliminação de discriminação em relação a emprego e ocupação.

Segundo consta no discurso desta sequência, o Programa Mulheres Mil visa “ampliar o atendimento garantindo o direito à educação, **oportunidade de melhoria de renda por meio do acesso ao trabalho decente**”. O que nos faz questionar: como isso será realizado? Pois, de modo geral, o Programa Mulheres Mil oferece às mulheres cursos que estão voltados para formação em atividades consideradas tradicionalmente femininas, que se aproximam das atividades domésticas. Estas atividades são desvalorizadas e com baixa remuneração, por isso consideramos que o discurso não condiz com a realidade, tendo em vista o tipo de oferta do programa não oportunizar o acesso ao trabalho decente.

³⁴ Para maiores informações sobre Trabalho Decente, consultar o site da Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < <http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/lang--pt/index.htm> >.

Na SD 7 também é enunciado que o acesso ao trabalho decente **“contribuirá para reduzir os índices de miséria e pobreza, para elevar os níveis educacionais e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País”**. Como dissemos anteriormente, consideramos que as oportunidades oferecidas pelo programa não sejam capazes de dar conta de tudo que propõe. Contudo, admitimos que ele possa ser capaz de amenizar a situação de miséria de algumas famílias que antes não tinham nenhuma renda, e com a formação recebida pelo Programa Mulheres Mil tem a possibilidade de ter uma renda, mesmo que mínima.

Não entendemos como a proposta do programa pode contribuir para **“elevar os níveis educacionais”**, considerando-se que o tipo de emprego ao qual essas mulheres terão acesso não oportuniza ampliar o acesso a educação. O discurso da SD 7 filia-se a Formação Ideológica Neoliberal. Sendo assim, as mulheres participantes do Programa têm as oportunidades, cabendo a elas aproveitarem para melhorarem suas condições socioeconômicas e contribuírem para a melhoria de suas comunidades.

Quanto a questão de **“impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País”**, podemos dizer que mesmo o Programa Mulheres Mil não proporcionando acesso ao “trabalho decente”, o pouco de renda que as mulheres conseguem, pode contribuir para o desenvolvimento econômico do país, pois a partir do momento que se tem alguma renda, passa-se a consumir (mesmo que pouco), o que contribui para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Dissemos anteriormente que os cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil estão voltados para a formação em profissões consideradas tradicionalmente femininas. Na próxima SD discutiremos essa temática.

SD 8 - Assim, as políticas estabelecidas neste plano reforçam a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em **profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos.** (III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013. p. 14.)

Conforme esta sequência discursiva, o Programa Mulheres Mil aponta a necessidade das mulheres estarem inseridas e conseguir permanência no mercado

de trabalho, especialmente em “**profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos**”.

Este fragmento demonstra que a maioria das mulheres exerce atividades em profissões que são consideradas tradicionais para elas. Mas o que são essas profissões tradicionais? São justamente aquelas que se aproximam das atividades que as mulheres executam no lar, ou seja, são atividades de cuidado com as pessoas, cuidado e zelo com o ambiente. São as ocupações/ profissões consideradas tradicionalmente femininas, que só reforçam a questão da divisão sexual do trabalho.

Dentre as profissões consideradas tradicionais para as mulheres, podemos citar algumas integrantes da lista da classificação brasileira de ocupação-cbo:³⁵ doméstica, babá, camareira, lavadeira, cuidadora de idosos, copeira, cozinheira, e muitas outras que são bem próximas do trabalho realizado em seu próprio lar.

Essa colocação das mulheres em atividades consideradas próprias para elas ocorre para atender aos interesses de uma sociedade movida pelo capitalismo, e marcada pela Formação Discursiva Patriarcal, em que o poder está centrado no homem:

A origem do antagonismo de classe coincidir com a *dominação do homem sobre a mulher* demonstra, dentre outras determinações, a necessidade de analisarmos as relações entre classe e sexo. Creemos que esses antagonismos “coincidiram” no tempo histórico não por conta de uma determinação natural, mas *para atender aos interesses dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada, bem como da força de trabalho*. (CISNE, 2015, p. 24, grifo nosso).

Desse modo, as mulheres são levadas a crer que o “seu lugar” seja realmente executando sua função reprodutora, assim, quando estão criando e educando seus filhos, cuidando do conforto e bem estar de seu marido, continuarão garantindo a existência de trabalhadores para atender a demanda do mercado, além de continuar sendo mão de obra barata, não ameaçando a supremacia masculina.

O Programa Mulheres Mil oferta cursos que em sua maioria estão voltados justamente para atuação em profissões consideradas tradicionais de mulheres, entendemos então que a proposta de inseri-las em “**profissões não tradicionais**”, não pode ser atingida.

³⁵ Disponível em: < <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em 10/08/2017.

A SD 8 materializa um discurso que diz que a intenção das mulheres exercerem atividades em profissões não tradicionais tem como finalidade “**diminuir a diferença de rendimentos**”. Pressupõe-se, então, que existe uma diferença de rendimentos no que concerne às profissões tradicionalmente consideradas femininas em relação às profissões que não são consideradas femininas. Considerando a proposta do Programa Mulheres Mil, a possibilidade de as mulheres trabalharem em profissões não tradicionais é algo difícil de acontecer, tendo em vista que grande parte dos cursos ofertados estão voltados para afazeres domésticos e de cuidados. Mesmo as mulheres conseguindo exercer atividade em “**profissões não tradicionais**”, constatamos que isso não é garantia de igualdade salarial, pois, conforme apontamos na seção 3, item 3.2, os dados do IBGE assinalam que mesmo as mulheres estando no mercado de trabalho no mesmo patamar que os homens, elas ainda recebem em média 30% a menos que eles.

O Programa Mulheres Mil, além de produzir um discurso sobre a importância da inserção das mulheres no mercado de trabalho em profissões não tradicionais, relaciona educação e trabalho para a diminuição dos problemas sociais. Na próxima sequência trataremos dessa temática.

SD 9 - O Programa Mulheres Mil surge como uma possibilidade de aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano. Enquanto ação nacional, essa iniciativa pode assumir papel importante no objetivo governamental de erradicação da miséria no país até 2014. (Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011. 2011e, p.3).

No discurso da SD 9 é enunciado que o Programa Mulheres Mil se apresenta como uma possibilidade de “**aliar educação e trabalho visando à diminuição de problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano**”. A associação entre educação e trabalho **produz o sentido de que** os trabalhadores (neste caso específico as mulheres), necessitam de uma melhor formação para atender as necessidades do mercado, para terem acesso ao mercado de trabalho.

Essa associação entre educação e trabalho é apresentada como a oportunidade de diminuir problemas sociais em comunidades com baixo índice de

desenvolvimento humano. Comunidades com sérios problemas econômicos e sociais que necessitam de muita atenção por parte do Estado, porque se considera que essa grande parte da sociedade, atrapalha o desenvolvimento pleno do país. Isto porque, para que um país possa “entrar” no circuito de países desenvolvidos é necessário melhorar a condição de vida de sua população.

Nesse caso, a educação está sendo utilizada para que se tenha trabalhadores aptos a atuar nos diversos setores do mercado. Além de a educação atuar nessa “formação” de contingente de trabalhadores, ela também atua como difusora dos ideais capitalistas e neoliberais. Ou seja, esta junção educação/trabalho, visa atender principalmente aos interesses das classes que detêm o poder. A seguir continua a ser apresentada essa associação entre educação e trabalho.

SD 10 - Enquanto ação educacional, o Programa Mulheres Mil contribui para a **ampliação do alcance da educação de jovens e adultos, visando à elevação de escolaridade de suas beneficiárias**. Como **alia a educação regular com a formação profissional**, o índice médio de evasão é inferior ao EJA tradicional, uma vez que a aluna vê no programa uma possibilidade de ingresso no mundo do trabalho. **Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011**. 2011e, p. 3

SD 11 - O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania, tenham uma **formação educacional, profissional e tecnológica**, que permita sua **elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho**, por meio do **estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade**. **Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável**. Brasília: 2011d, p. 1.

Tanto na SD 10 quanto na SD 11 é enunciado que o programa proporciona elevação da escolaridade das educandas, inclusive, obtendo melhores resultados do que a EJA. Afirma-se, ainda, que isto seria possível porque ele [o programa] “**alia a educação regular com a formação profissional**”. Esse discurso produz um efeito de sentido de inclusão e elevação da escolarização. No entanto, a educação ofertada nos cursos do Programa Mulheres Mil é voltada especificamente para o

curso do qual elas estão participando, ou seja, não é uma educação regular como encontramos na educação básica.

Se a educação ofertada às mulheres que participam do Programa Mulheres Mil é voltada especificamente para os cursos oferecidos, como pode-se dizer que esta educação é capaz de proporcionar “**emancipação**”, levando em consideração o tipo de curso ofertado? Cursos que reforçam a divisão sexual do trabalho, destinando às mulheres os empregos considerados tradicionalmente femininos.

O discurso do programa afirma que a formação oferecida por ele permite “**emancipação e acesso ao mundo do trabalho**” e isto seria possível através do “**empreendedorismo, associação solidária e empregabilidade**”, exatamente nesta ordem, e não é à toa que aparece nessa ordem. Isso acontece porque a intenção é fazer com que essas mulheres sejam responsáveis por sua geração de renda, eximindo o Estado de suas responsabilidades. Portanto, o Estado oferta “oportunidades” para que mulheres melhorem sua condição econômica e social, dando acesso a uma “formação” que as direciona para o trabalho informal, para o empreendedorismo. Conforme Costa (2010, p. 9),

O tema empreendedorismo e seus desdobramentos vêm sendo valorizados como a principal base do crescimento econômico e da geração de emprego e renda na atualidade (BARROS & PASSOS, 2000; BARROS & PEREIRA, 2008; CHANLAT, 1995). Considerado veículo ideal para inovar, aumentar a produtividade e melhorar modelos de negócios, alguns autores arriscam-se a afirmar que estamos vivendo a era do empreendedorismo (AIDAR, 2007; DORNELAS, 2008), a substituição do homo economicus pelo homo entrepreneurus (BOAVA & MACEDO, 2009) ou testemunhando o alvorecer de um capitalismo empreendedor (SCHRAMM & LITAN, 2008). Nesse contexto, subsiste a crença de que os empreendedores estão, inexoravelmente, “eliminando barreiras comerciais, e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade” (DORNELAS, 2008, p. 6).

Formar mulheres empreendedoras e que constituem associações solidárias é algo que demonstra a presença dos ideais neoliberais que transferem para os indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Indivíduos que devem ser empreendedores para ingressar no mercado de trabalho e “gerar riqueza para a

sociedade”. Esse discurso neoliberal de responsabilização individual continua na próxima sequência discursiva.

SD 12 - Como consequência dessa ação, verifica-se que as alunas têm diversas alternativas de **ingressar no mundo do trabalho**, seja por **meio de iniciativas empreendedoras próprias, seja mediante a formação de cooperativas, associações, trabalhos com economia solidária ou mesmo por meio de empregos formais em empresas.** (Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011. 2011e, p. 4)

Esta sequência discursiva aponta que **“as alunas têm diversas alternativas de ingressar no mundo do trabalho”**, dentre elas estão justamente aquelas que pregam o empenho dos indivíduos para melhorar suas condições econômicas e sociais, diminuindo a responsabilidade do Estado, que são: **“formação de cooperativas, associações e economia solidária”**.

Ainda sobre as alternativas para ingressar no mercado de trabalho chamamos a atenção para a maneira como aparece a possibilidade de acesso ao emprego formal: **“ou mesmo por empregos formais em empresas”**, produzindo um sentido de inserção em empregos formais enquanto a última possibilidade. Nesse sentido, as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho são difíceis devido ao grande desemprego, e principalmente por conta da formação ofertada a essas mulheres, que em geral ocorre em cursos que favorecem o trabalho informal e reforçam o estereótipo de “trabalho feminino”.

Na SD 12 o discurso afirma que as mulheres têm diversas alternativas para ingressar no mercado e na próxima sequência o programa é considerado como aquele que possibilita formar profissionais que atendem a demanda da economia brasileira.

SD 13 - O Programa oferece uma possibilidade de **ampliação da formação de profissionais que possam atender à atual demanda da economia brasileira, que carece de trabalhadores para atuar nos mais diversos setores.** (Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011. 2011e, p. 3)

O discurso da SD 13 afirma que o Programa Mulheres Mil possibilita a **“ampliação da formação de profissionais que possam atender à atual demanda da economia brasileira”**, mas qual é essa demanda?

Segundo o discurso neoliberal, vivemos em uma sociedade cada vez mais globalizada e tecnológica, que necessita de profissionais capacitados para dar conta dessas inovações. Contudo, às mulheres atendidas pelo programa, ficam “reservadas” justamente as diversas ocupações desvalorizadas, mau remuneradas, as profissões exercidas pelas pessoas que possuem nível de escolarização mais baixo, que estão à margem da sociedade, que se sujeitam a condições precárias e a baixos salários por não terem outra opção.

Identificamos na SD 13 o funcionamento da Formação Discursiva do Mercado. Conforme Amaral (2005, p. 138 e 139), “o mercado se reveste de uma ‘universalidade’ que anula e oculta a realidade dos conflitos entre as classes [...] simula evidências de unicidade, de igualdade, de homogeneidade”.

Isso significa que o discurso do Programa Mulheres Mil funciona ocultando os conflitos existentes entre as classes, por exemplo, quando em seu discurso é afirmado que “oferece uma possibilidade de **ampliação da formação de profissionais que possam atender à atual demanda da economia brasileira, que carece de trabalhadores para atuar nos mais diversos setores**”. São então silenciadas as desigualdades sociais, como se todos tivessem as mesmas oportunidades para atuar nos “mais diversos setores”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] *A sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar. [...] Para Kant, a mulher é a casa. O direito doméstico assegura o triunfo da razão; ele enraíza e disciplina a mulher, abolindo toda vontade de fuga. Pois a mulher é uma rebelde em potencial, uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar.* (PERROT, 2012, p. 135, grifo nosso).

A citação de Perrot explana muito bem o que se espera da mulher, que de acordo com o discurso patriarcal deve ter como virtude e dever o sedentarismo, não o sedentarismo de quem não se movimenta, não trabalha, mas o sedentarismo como maneira de viver fixa em um lugar, de estar restrita ao espaço privado de seu lar.

Esta circunstância das mulheres estarem restritas ao espaço privado/doméstico acontecia com maior intensidade antes do século XX, mas a partir de muita luta, as mulheres aos poucos foram conseguindo conquistar também o espaço público. Porém, precisamos salientar que o fato de as mulheres terem conquistado o espaço público, não significa que elas tenham conseguido também igualdade de direitos.

A dificuldade das mulheres em conseguir “liberdade” e igualdade de direitos pode ser explicada pela citação de Perrot (2002), quando ela diz que para Kant a mulher é a própria representação da casa, que o trabalho doméstico “enraíza e disciplina a mulher”, diz ainda que a mulher é “uma chama dançante, que é preciso capturar, impedir de escapar”. Ou seja, as mulheres são consideradas “chama dançante” porque são cheias de vida, de ideias, de poder, por isso é preciso impedir que escapem para não colocarem em risco a força dominante. O que se quer na verdade é aproveitar toda essa energia da “chama dançante” em favor da força dominante. Quando falamos em força dominante estamos nos referindo à dominação da Ideologia Patriarcal e à dominação capitalista exercida pelos detentores do capital (empresários, políticos).

Em algumas Sequências Discursivas identificamos um discurso que atribui às mulheres um papel de redentoras, como por exemplo, na fala do então Ministro da Educação Aloízio Mercadante, que diz, “se você forma uma mulher, você tem uma

melhoria em cadeia da sociedade” (BRASIL, 2012). Ou seja, é interessante que as mulheres tenham uma “formação”, para que elas possam instruir melhor seus filhos, para que busquem “capacitação” para tornarem-se mão de obra capaz de atender as necessidades do mercado.

No discurso do ministro, as mulheres são apresentadas como as mães responsáveis pelo equilíbrio e bem estar da família, para que essa família possa contribuir com o desenvolvimento do país, e estas mulheres ainda devem ficar lisonjeadas por terem uma missão tão importante.

O discurso do Programa Mulheres Mil produz sentidos que atribuem à educação um papel de possibilitar a independência financeira e a melhoria das condições de vida da mulher. Educação como meio de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, como possibilidade de difusão dos ideais capitalistas, aliando educação e trabalho.

No entanto, a educação ofertada pelo programa não possibilita alcançar independência financeira, tampouco emancipação. O tipo de formação ofertada pelo programa serve para formar mão de obra com o mínimo de qualificação, suficiente para contribuir para que o país participe da economia globalizada, não sendo suficiente para que essas mulheres possam ingressar em espaços que normalmente elas não têm acesso, como por exemplo, a entrada em profissões consideradas tradicionalmente masculinas.

O discurso do Programa Mulheres Mil apresenta uma concepção de desenvolvimento atrelada aos interesses do Capital. A concepção de desenvolvimento econômico não está relacionada ao desenvolvimento que possibilite aos sujeitos (neste caso as mulheres) um crescimento pessoal como um todo, envolvendo educação (em todos os níveis), saúde, independência financeira, desenvolvimento intelectual, crítico, entre outros.

Ao longo de nossa pesquisa vimos que em outros tempos (até meados do início do século XX) as mulheres praticamente não tinham direitos, somente deveres, e estes deveres estavam ligados principalmente ao trato com a família, aos cuidados, à dedicação, pois o tempo das mulheres deveria estar destinado aos afazeres domésticos, para que a casa e a sociedade funcionassem perfeitamente. Segundo a ideologia Patriarcal, as mulheres deveriam ficar restritas ao espaço privado, e não estamos nos referindo somente às mulheres burguesas, estamos falando também das mulheres que precisavam trabalhar fora de casa, seja lavando

roupa, como doméstica ou vendendo algo nas ruas para ajudar ou sustentar sozinha o seu lar.

As mulheres lutaram e lutam por melhorias em sua condição de vida, por igualdade de direitos e no decorrer dos anos elas tiveram algumas conquistas, como por exemplo, o direito ao voto. Infelizmente, apesar de alguns avanços a imagem das mulheres ainda está muito associada ao trabalho doméstico e conforme Perrot (2012, p. 115),

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. *Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado* apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. (grifos nossos).

Como dissemos, a imagem das mulheres continua associada ao trabalho doméstico, trabalho esse que conforme a citação de Perrot (2012), é “invisível”. Invisível porque não contribui diretamente para o mercado, porque não precisa de “formação”, sendo assim, qualquer um poderá executá-lo, conseqüentemente é invisível quem realiza o trabalho, e essa associação das mulheres a esse tipo de trabalho, faz com que, embora as mulheres tenham conseguido algumas conquistas, o trabalho delas seja desvalorizado, não só em questão de reconhecimento do trabalho, como também na remuneração.

As práticas sociais das mulheres, portanto, estruturaram-se em torno do *mito da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino teve sua vinculação à esfera doméstica, a família e a produção dos cuidados*. É válido lembrar que numa sociedade marcada pelo patriarcalismo – utilizado com grande êxito pelo capitalismo como instrumento eficaz para engrenagem do modo de produção - *o trabalho vinculado com a reprodução não é totalmente invisível, ou seja, é visto como fundamental para a organização e manutenção da sociedade, posto que trata de formar e preparar sujeitos capazes de atuar no meio social. Entretanto torna invisíveis os indivíduos que realizam este trabalho*, as mulheres, visto que, no ideário que permeia a construção de tais valores, o trabalho doméstico não aparece ligado à necessidade de habilidades e competências para a sua realização, uma vez que se manifesta como “natural”, isto é, constrói-se como valor natural vinculado a natureza feminina e por isso não tão digno de mérito quanto o

trabalho produtivo que pressupõe a exigência de um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos, essenciais ao desenvolvimento da sociedade. (GOMES, CARLOTO, 2010, p. 5, grifos nossos).

Pelo que pudemos constatar através da análise dos discursos do Programa Mulheres Mil, são produzidos sentidos que atribuem às mulheres um papel importante e necessário ao desenvolvimento do país, importante tanto como mão de obra barata, que executa atividades desvalorizadas, como também é importante porque ela é considerada uma peça fundamental para a manutenção da família³⁶. Embora as mulheres apareçam nos discursos do Programa Mulheres Mil, na condição de pessoas que desempenham um papel importante, esse papel desempenhado por elas não deve ameaçar a hegemonia masculina. Elas devem permanecer no seu lugar³⁷. Por isso, os cursos oferecidos às mulheres reforçam a divisão sexual do trabalho e o discurso produz efeitos de sentido de inclusão, norteados pela formação discursiva assistencialista, segundo a qual, é apresentado como benesse aquilo que é um direito, reforçando-se dos processos de subalternização.

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus. Experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade. (YAZBEK, 2006, p. 18).

No decorrer de nossas discussões, vimos que uma política pode ser denominada de política de gênero, mas não necessariamente é uma política de gênero, isso porque, ao invés de proporcionar às mulheres, “empoderamento”, liberdade, igualdade de gênero, acaba por reforçar os estereótipos femininos, não condizendo com o que deveria ser uma política de gênero.

Embora o Programa Mulheres Mil não dê conta de cumprir tudo que se propõe, não podemos dizer que o programa não traga alguns benefícios às mulheres atendidas por ele. Ainda que os benefícios sejam sutis e o programa

³⁶ Estamos aqui nos referindo principalmente a configuração “tradicional” de família formada por pai, mãe e filhos, pois, embora tenhamos novas configurações familiares, grande parte da sociedade e das políticas, consideram esta como a configuração “tradicional”.

³⁷ Consideramos esse lugar como sendo o de mãe, dona de casa, que está à disposição da família. Em “seu lugar”, também faz referência ao lugar social que essas mulheres ocupam.

acabe atendendo aos ideais daqueles que detêm o poder, ainda assim, é benéfico para as mulheres assistidas se considerarmos que a grande parcela dessas mulheres sofrem com a falta da condição econômica mínima para sua subsistência e a possibilidade de participar de um círculo que dê a visibilidade deste trabalho, já pode ser considerado um avanço, mesmo que pequeno.

No entanto, precisamos estar cientes de que embora as mulheres tenham conseguido muitas conquistas, o caminho que elas precisam percorrer ainda é longo. Este caminho deve ser em direção à conquista de igualdade de gênero, na luta por seus direitos, no reconhecimento de suas qualidades e capacidades e da superação da desigualdade de classe.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Compilação das Leis Provinciais de 1835 a 1870. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=9KpBAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false . Acesso em 14 de out. de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval. et al. **O legado educacional do século XX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006a.

_____. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil no século XIX. In: SAVIANI, Demerval. et al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006b.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil: o que é**. Brasília: 2008. Disponível em: < <http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388> >. Acesso em: 15 de out. de 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente**. Brasília: 2010. Disponível em: < http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/pnetd_534.pdf >. Acesso em: 08 de jun. de 2017.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão**. Brasília: 2011. Disponível em: < http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/pdf/geral/mulheres_mil_na_rede_federal_-_caminhos_da_inclusao.pdf >. Acesso em: 15 de out. de 2015.

BRASIL. Portaria 1.015 de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Mulheres Mil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 de jul. de 2011a. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf >. Acesso em: 27 de jun. de 2016.

_____. Decreto nº 7.492 de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 de jun. de 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm >. Acesso em: 19 de jul. de 2015.

_____. Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de out. de 2011c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm >, Acesso em: 02 de jul. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável**. Brasília: 2011d. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=859 >

8-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 27 de jun. de 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília: [201-]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11834-guia-metodologico-setec-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid >. Acesso em: 27 de jun. de 2016.

_____. Ministério Da Educação. **Programa Mulheres Mil**, [201?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Itemid=602 >. Acesso em: 02 de jul. de 2016.

_____. Ministério Da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC 01/2011**. 2011e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8597-chamada-publica-mm-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 02 de jul. de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: **Plano Brasil Sem Miséria**, 2015. Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e> >. Acesso em 15 de out. de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: **Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil** , 2014. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_mulheres_mil.pdf >. Acesso em 15 de out. de 2015.

_____. Portal Brasil. **Programa Mulheres Mil busca assegurar presença feminina na sociedade brasileira**, 2012. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/presidenta-afirma-que-programa-mulheres-mil-e-estrategico-para-o-pais> >. Acesso em 17 de out. de 2015.

_____. Ministério Da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC 02/2012**. 2012b. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/images/stories/chamada%20pblica%20mulheres%20mil%202012.pdf>> . Acesso em 27 de nov. de 2014.

_____. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2004. Capítulo I. Disponível em: < <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/i-pnpm/I%20PNPM.pdf> >. Acesso em: 24 de jun. de 2016.

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as mulheres**, 2008. Capítulo I. Disponível em: < http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf >. Acesso em: 24 de jun. de 2016.

_____. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, 2013. Capítulo I. Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf> >. Acesso em 24 de jun. de 2016.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª reimpressão da 7 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp (Coleção Pesquisas), 1998.

CANADÁ. **Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional**, 2013. Disponível em: <http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_propos/developpement-development.aspx?lang=por> . Acesso em: 15 de set. de 2015.

CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan./mar., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/08.pdf>>. Acesso em: 25 de jul. de 2015.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação positiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, vol. 4, n.2, jan./jun., 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v4n2.htm>> . Acesso em: 01 de abr. 2017.

CHAMON, Magda. **Trajetória da feminização do magistério: ambiguidades e conflitos**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. Bela Vista: Outras Expressões – Expressão Popular, 2012.

_____. Classe, luta de classes e formação da consciência no capitalismo. IN: CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COSTA, Alessandra de Sá Mello. Convergências, divergências e silêncios: o discurso contemporâneo sobre o empreendedurismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. Tese (Doutorado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro. 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, vol. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/issue/view/29>> . Acesso em: 01 de maio de 2017.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 9-28.

_____. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena. [et al.] (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: GODIM, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.) **Políticas Públicas e Igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria especial da mulher, 2004. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf> >. Acesso em: 23 de set. 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.) **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.

FLORENCIO, Ana Maria Gama; et al. **Análise do Discurso: fundamentos & práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

GOMES, Anne Grace; CARLOTO, Cássia Maria. Grupos de geração de renda para mulheres: reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho?. In: **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 24 e 25 de junho 2010, Londrina – PR, n. 1, p. 16-24. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.AnneGrace.pdf> > Acesso em: 10 de out. de 2014.

_____. Geração de renda para mulheres e divisão sexual do trabalho: limites ao trabalho feminino. In: **III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**, 15 a 17 de setembro de 2010, Goiânia – GO, n. 3. Disponível em: < https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/ANNEGRACE_KATIA.pdf > Acesso em: 23 de set. de 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/344> >. Acesso em: 06 de fev. de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2015. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> >. Acesso em: 18 de jun. de 2017.

_____. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. 2014. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941> >. Acesso em: 16 de jun. de 2017.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, vol.14, n.1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743/535> >. Acesso em: 12 jun. 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo In: HIRATA, Helena. [et al.] (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LABRA, Maria Eliana. **Proposições para o Estudo da Relação entre Política, Burocracia e Administração no setor de Saúde Brasileiro**. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/csp/v4n1/03.pdf>> . Acesso em: 09 de jun. de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., São Paulo: Contexto, 2012.

MELO, Iran Ferreira. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Letra Magna**. São Paulo, ano 5, n. 9, 2º semestre, 2009. Disponível em: <
http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf >. Acesso em: 18 de ago. 2017.

MESQUITA, Andréa Pacheco. Uma introdução a categoria de gênero: construção, desconstrução, reconstrução e (des) reconstrução. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getulio (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos e diversidade: diálogos interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000. Disponível em:<
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167> >. Acesso em: 20 de fev. de 2017.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **XIV Encontro nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, 20-24 de setembro 2004, Caxambú - MG, n. 14, p. 1-12. Disponível em: <
http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf >. Acesso em: 25 de jul. de 2015.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Metas Educativas 2021**. Tradução de Lélia Almeida e Cláudia B. Soares Pereira Pinto. Madrid: 2008. Disponível em: <<http://www.oei.es/metas2021/indicep.htm>>. Acesso em: 28 de jul. de 2016.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; RODRIGUES, Suzy Lagazzi. (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bonassi; PEDRO, Joana Maria, (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise. HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradutores: Bethania Sampaio Mariani et al. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

_____. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et.al. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.) **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009. (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

PULEO, Alicia H. Patriarcado. In: AMORÓS, Celia (Directora). **10 palabras clave sobre mujer**. 4 ed., Estella (Navarra) España: Editorial Verbo Divino, 2002.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 10ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

ROSA, Stela Márcia Moreira (org). **Mulheres Mil: do sonho à realidade**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. . Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/central-de-entrevistas/1676-mulheres-mil-do-sonho-a-realidade>>. Acesso em 17 de out. de 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bonassi; PEDRO, Joana Maria, (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>> Acesso em: 21 de nov. 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 4 ed., São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, maio/ago.. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. de 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 91-97.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Políticas Compensatórias. In: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. **Dicionário trabalho, profissão e condição docente.** Disponível em: < <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=325> >. Acesso em: 12 de jan. de 2017.

SOARES, Suany Rafaely. **“Feminização da pobreza”: algumas reflexões sobre o empobrecimento das mulheres.** In: Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento- CEURCA, 3º, 2013, Crato-Ceará. Capitalismo, Trabalho e Política Social, Anais: Justiça, direitos humanos e inclusão social. Crato-Ceará, Universidade Regional do Cariri-URCA, 2013, p.896-913. Disponível em: <<http://www.ceurca.eco.br/anais.php> >. Acesso em: 16 de nov. de 2015.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** 10ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-44, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 08 de jun. de 2016.

VILELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Gneve.(org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ZIENTARSKI, Clarisse. A relação entre trabalho e educação e as implicações no âmbito das escolas públicas de Fortaleza/CE. **Cadernos de Pesquisa**, São Luiz, v. 22, n.1, jan./abr. 2015. Disponível em: < <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3395/1443> >. Acesso em: 22 de jul. de 2017.